



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
BALANÇO PATRIMONIAL	20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	21
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	22
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO	24
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	25
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26
1. OBJETO	26
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	26
2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação	26
2.2. Moeda funcional e de apresentação	27
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS	27
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
4.1. Caixa	27
4.2. Bancos Conta Movimento	27
4.3. Aplicações Financeiras	27
5. CLIENTES	28
5.1. Contas a Receber – Entropostagem	28
5.2. Valores em Cobrança	28
5.3. Contas a Receber – Armazenagem	28
5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	28
6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR	29
7. ESTOQUES	30
7.1. Estoque de Terceiros	30
8. OUTROS VALORES	30
8.1. Adiantamentos a Funcionários	30
8.2. Outros Créditos	30
8.3. Cauções para Garantias Diversas	31
9. DESPESAS ANTECIPADAS	31
9.1. Prêmio de Seguros a Vencer	31
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – LONGO PRAZO	31

10.1. Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo	31
10.2. Causas Trabalhistas – Terceiros	31
10.3. Causas Trabalhistas – CEAGESP	32
10.4. Causas Diversas – Cíveis	32
11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO	32
11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo	32
11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento	32
12. OUTROS VALORES – LONGO PRAZO	33
12.1. Realizáveis por Venda de Imóveis	33
13. INVESTIMENTOS	33
14. IMOBILIZADO	34
15. INTANGÍVEL	35
16. FORNECEDORES	36
17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR	36
18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	36
19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER	37
19.1. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	37
19.1.1. Da Exclusão	37
19.2. Programa de Recuperação Fiscal – Refis	38
19.3. Impostos e Taxas Municipais	38
19.4. Taxa de Lixo	38
19.5. ICMS a Recolher	38
20. ENCARGOS A PAGAR	39
20.1. Processos Judiciais Trabalhistas	39
21. CONTAS A PAGAR	39
21.1. Dividendos a Pagar	39
21.2. Convênio SEAP	39
21.3. Correntistas	39
21.4. Contas a Pagar Diversas	40
21.5. Cauções e Retenções	40
22. EMPRÉSTIMOS A PAGAR	40
22.1. Garantia – Obrigação Especial – Cessão de Direitos Creditórios	40
22.2. Obrigação Especial – Reforço da Garantia	40
22.3. Encargos Financeiros	40
22.4. Comissão Flat	40

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC).....	41
24. PROVISÕES JUDICIAIS	42
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	43
25.1. Capital Social e Composição Acionária.....	43
25.2. Destinação do Resultado do Exercício.....	43
25.2.1. Lucro do Exercício.....	43
25.2.2. Reserva Legal	43
25.2.3. Reserva de Reavaliação	44
25.2.4. Dividendo Obrigatório	44
25.2.5. Reserva de Retenção de Lucros.....	44
26. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS	44
26.1. Receita Operacional Líquida	45
26.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso.....	45
26.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem.....	45
26.1.3. Autorização de Uso.....	46
26.1.4. Receitas Diversas	46
26.1.5. Venda de Produtos	46
26.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	46
26.2.1. Custos com Pessoal e Honorários.....	46
26.2.2. Custos com Serviços de Terceiros	47
26.2.3. Custos com Materiais de Consumo	47
26.2.4. Custos com Utilidades e Serviços	47
26.2.5. Custos com Manutenção e Reparos.....	47
26.2.6. Gastos Diversos	47
26.3. Despesas Gerais e Administrativas.....	48
26.3.1. Despesas com Pessoal e Encargos.....	48
26.3.2. Despesas com Serviços de Terceiros	48
26.3.3. Despesas Gerais.....	48
26.3.4. Despesas com Materiais de Consumo.....	48
26.3.5. Despesas com Utilidades e Serviços.....	49
26.3.6. Despesas com Manutenção e Reparos.....	49
26.3.7. Provisão/Reversão de Provisões Judiciais	49
26.4. Outras Receitas Operacionais.....	49
26.4.1. Eventuais	49



26.5. Despesas Financeiras.....	50
26.5.1. Atualização Monetária	50
26.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF.....	50
26.6. Receitas Financeiras	50
26.6.1. Juros Recebidos e Multas	50
26.6.2. Receita sobre Aplicações Financeiras.....	50
26.6.3. Descontos Obtidos.....	51
27. EBITDA	51
28. REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS ESTATUTÁRIOS	51
29. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO – BGU.....	51
30. SEGUROS.....	52
31. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS	52
32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	52
33. PARTES RELACIONADAS.....	53
33.1. Entidade Controladora	54
33.2. CONSAD e DIREX.....	54
34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	54
34.1 Gestão de Riscos.....	54
34.1.1. Risco de liquidez	54
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	55
36. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND	55
37. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19	55
38. DIRIGENTES E CONTADOR	58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CEAGESP

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Economia e representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas do país.

Ela possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem.

Dessa forma, a Companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados.

Além disso, a CEAGESP mantém a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos para guardar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) totalizando 12 unidades ativas distribuídas em todo o estado de São Paulo.

Conta também com uma rede de entrepostos (depósitos ou venda de mercadorias) com 13 unidades ativas distribuídas pelo estado de São Paulo, incluindo a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina - o Entrepósito Terminal São Paulo - ETSP, situado na zona oeste da capital paulista, onde circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos.

Contexto Atual

Iniciamos o ano de 2021, na esperança de que a vacinação fosse amenizar os danos causados pela pandemia, justamente no momento de um aumento generalizado de casos no Brasil e no mundo, o que acabou por refletir numa apreensão quanto ao futuro da economia e desenvolvimento social. No entanto, com o avanço expressivo da vacinação, houve a reabertura de setores outrora fechados, dando impulso forte na retomada econômica. Houve, também, forte aceleração do setor agrícola, negócio afim da CEAGESP.

Em 2021, o país tinha alguns desafios a superar, sendo os principais a retomada da economia e a diminuição do desemprego. Algumas reformas prometidas ainda estão letargando no Congresso Nacional, como a Previdenciária e a Tributária. Tudo isso acaba por impactar a decisão de grandes e médios investidores no país. Apesar desse cenário pouco otimista, os dados de comercialização da CEAGESP em 2021, demonstram que não houve retração na comercialização em comparação com ano anterior, sinal de que o setor vem se recuperando mês a mês, mesmo com todos os fatores que em contrapartida seguram o avanço do negócio da CEAGESP.

Nesse sentido, o setor de hortifrúteis foi muito profícuo e conseguiu, por mais um ano, avançar em qualidade dos produtos e em produtividade, vencendo desafios inerentes à produção e comercialização de produtos agrícolas frescos, possibilitando ao consumidor ter em sua mesa produtos de melhor qualidade a preços bastante satisfatórios e, ao produtor, manter e/ou aumentar sua produção sem ter que expandir sua área de plantio, com uma remuneração justa.

A título de informação, tem-se o Índice CEAGESP, que se trata do primeiro balizador de preços de alimentos frescos no mercado, e que indica a variação dos valores praticados no atacado de frutas, legumes, verduras, pescado e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) comercializados no ETSP.

Divulgados mensalmente, os 150 itens que compõem a cesta de produtos são escolhidos pela importância dentro de cada setor e ponderados de acordo com a sua representatividade. O Índice CEAGESP fechou o ano com índice acumulado de 3,56% nos preços, acarretado

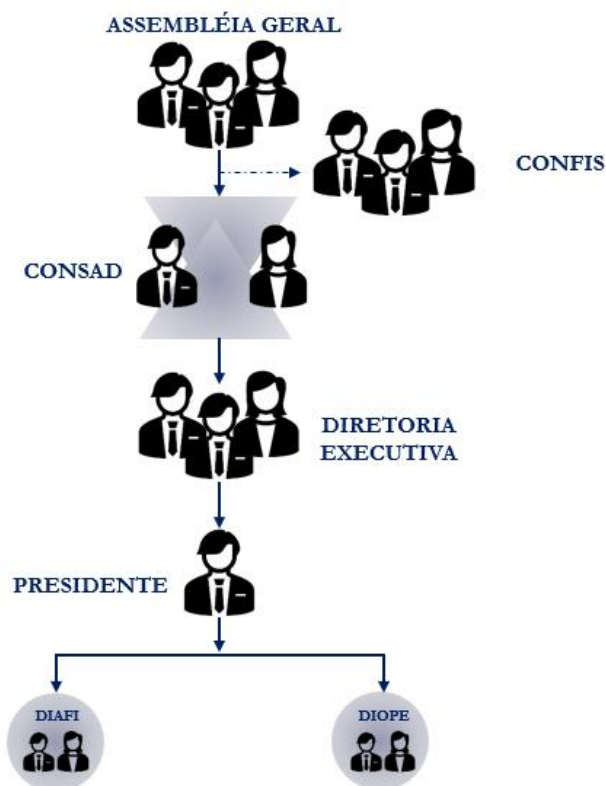
principalmente por problemas econômicos causados pela pandemia e fatores climáticos, tais como, geadas seguidas de estiagem e, por fim, frentes frias impertinentes em outubro e novembro, que retraiu o consumo principalmente do setor de frutas, que vinha aquecido pela proximidade do final de ano, época de maior comercialização neste setor.

Além do já exposto, a CEAGESP promove a aproximação entre atacadistas, varejistas, produtores rurais e consumidores de produtos hortifrutigranjeiros, flores, pescados, produtos agrícolas e agropecuários, quando permite o uso remunerado de seus espaços por terceiros. Neste sentido é que ela oferece classificação e certificação de produtos vegetais, através de pessoal qualificado para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio, investindo em novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários e informação de mercado.

Governança Corporativa, Estrutura Organizacional e Força de Trabalho

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da CEAGESP contempla, a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, como também os Comitês Estatutários.



Assembleia Geral

É o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. É composta por todos os acionistas da Companhia, independentemente do direito de voto. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

É o órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério da Economia, sendo um deles representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo

permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Conselho de Administração

É o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em

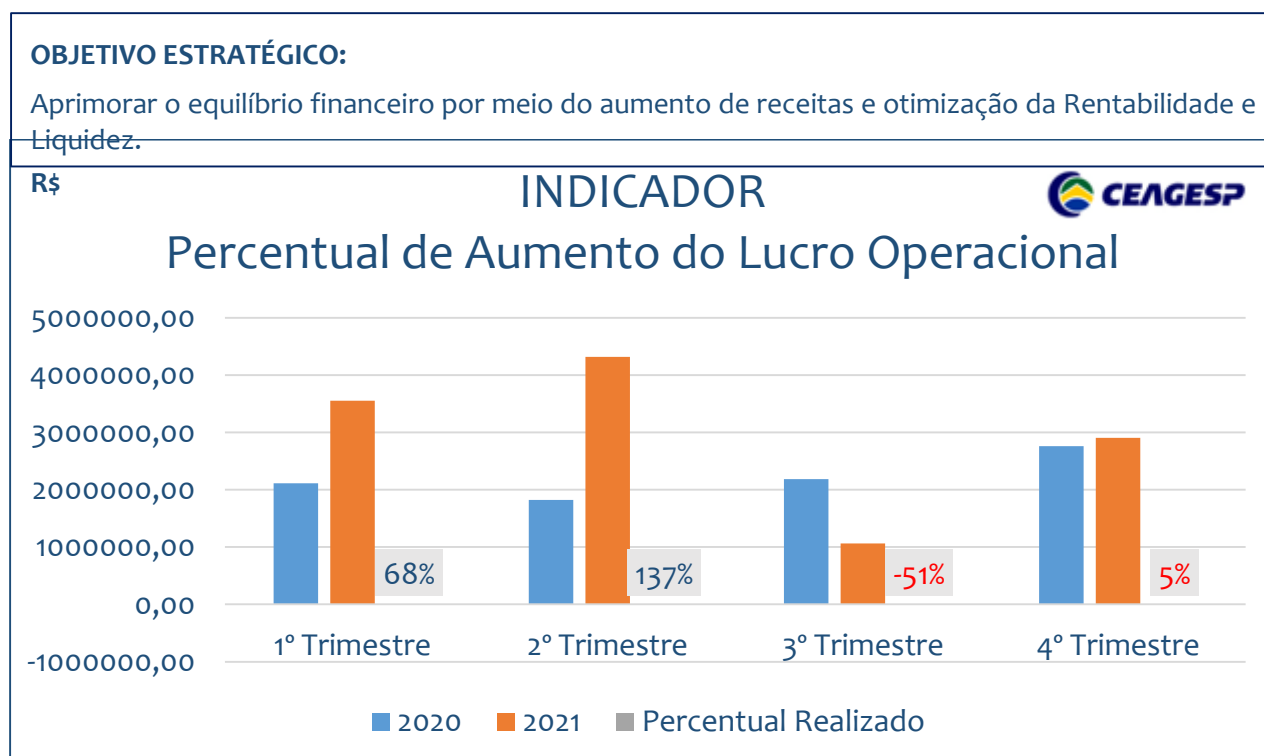
alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. É composto de sete membros, sendo cinco indicados pelo Ministério da Economia, um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e um representante do acionista minoritário, eleito nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do art. 19, § 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Diretoria Executiva

É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composto de três membros, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores Executivos, que são eleitos pelo Conselho de Administração.

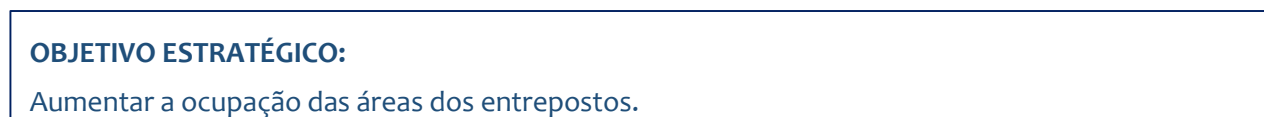
Gestão Estratégica

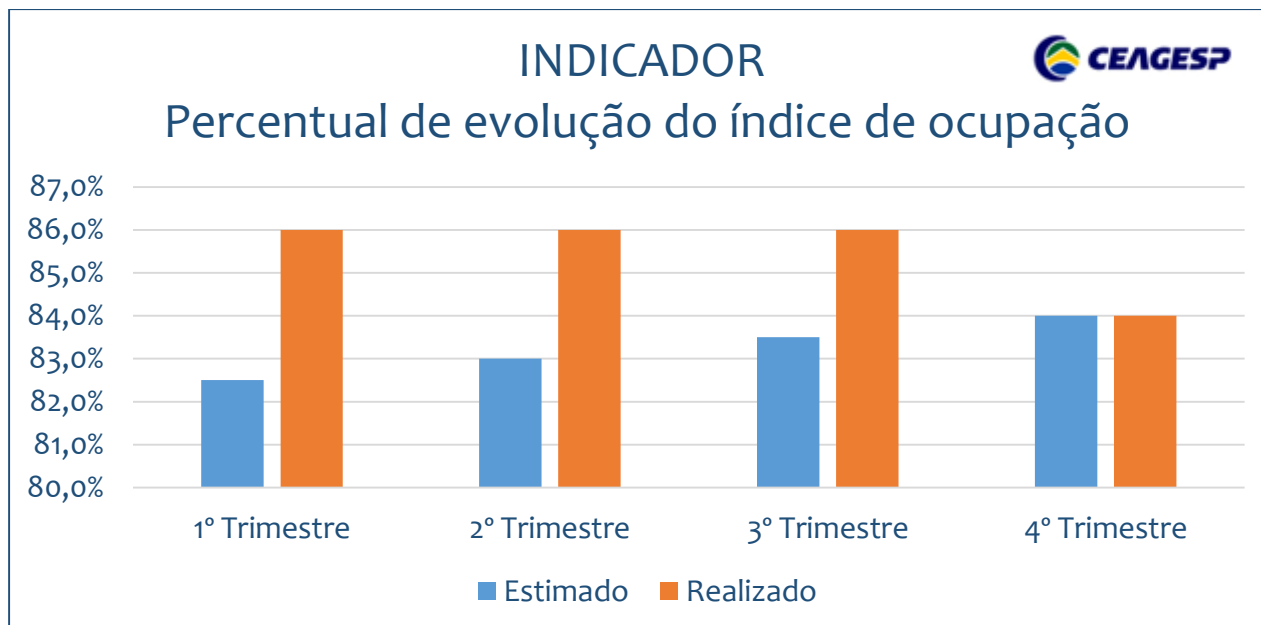
O Plano de Negócios da Companhia, finalizado em 2021, cumpriu as principais ações estratégicas, com destaque à rede armazenadora que apresentou significativo aumento do indicador referente ao lucro operacional, conforme dados abaixo:



FONTE: DEPAR

No segmento de armazenagem, houve a manutenção do resultado superavitário, com uma margem de aumento de ocupação das áreas, conforme dados abaixo:





FONTE: DEINT

Força de Trabalho

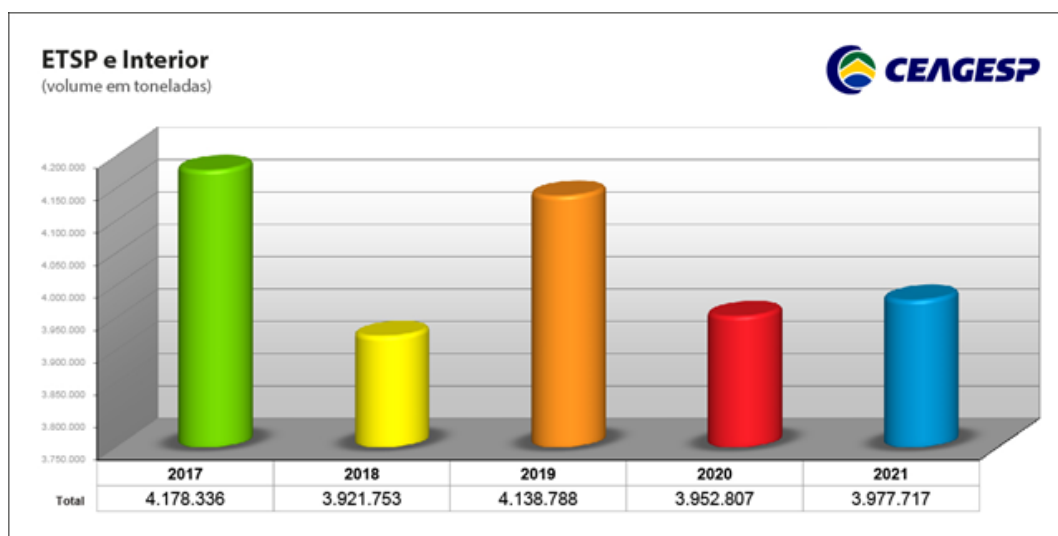
A CEAGESP encerrou o exercício de 2021 com 562 funcionários, distribuídos pela Sede e Interior.

Funcionários	Aprovado SEST	Quantidade Atual		Vagas em aberto	
		31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Carreira	562	557	547	5	15
Comissionados	56	26	24	30	26
Convocados	-	14	05	-	-
TOTAL	618	597	576	35	41

FONTE: DEARH

Volume Comercializado na Rede de Entrepósitos

Em 2021, por meio do uso remunerado de espaços contratados, a rede de entrepósitos da CEAGESP movimentou 3.977.717 toneladas de hortifrutícolas, flores e pescados ante 3.952.807 toneladas negociados em 2020, ou seja, houve um acréscimo de 0,6% no volume ofertado. O gráfico abaixo mostra o volume comercializado nos últimos 5 anos:



Participação do ETSP

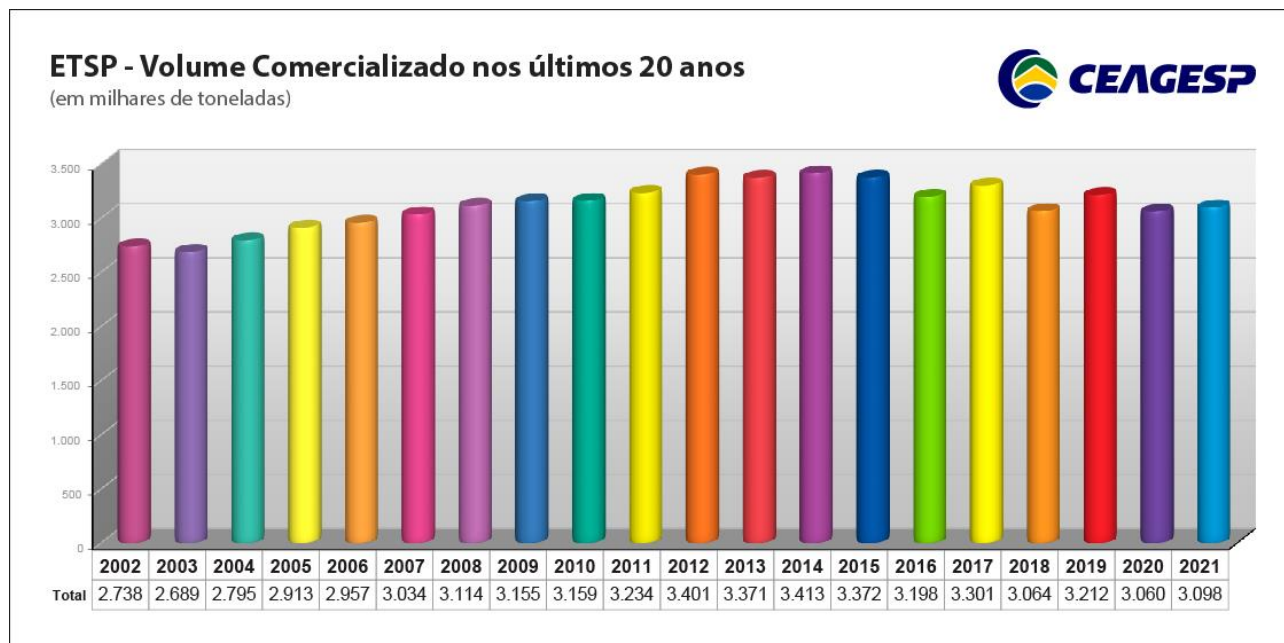
Neste mesmo período, o ETSP movimentou 77,9% do volume total comercializado da rede de entrepostos. As unidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba lideraram os volumes no interior, conforme quadro abaixo:

Volume Comercializado em 2021
(em toneladas)

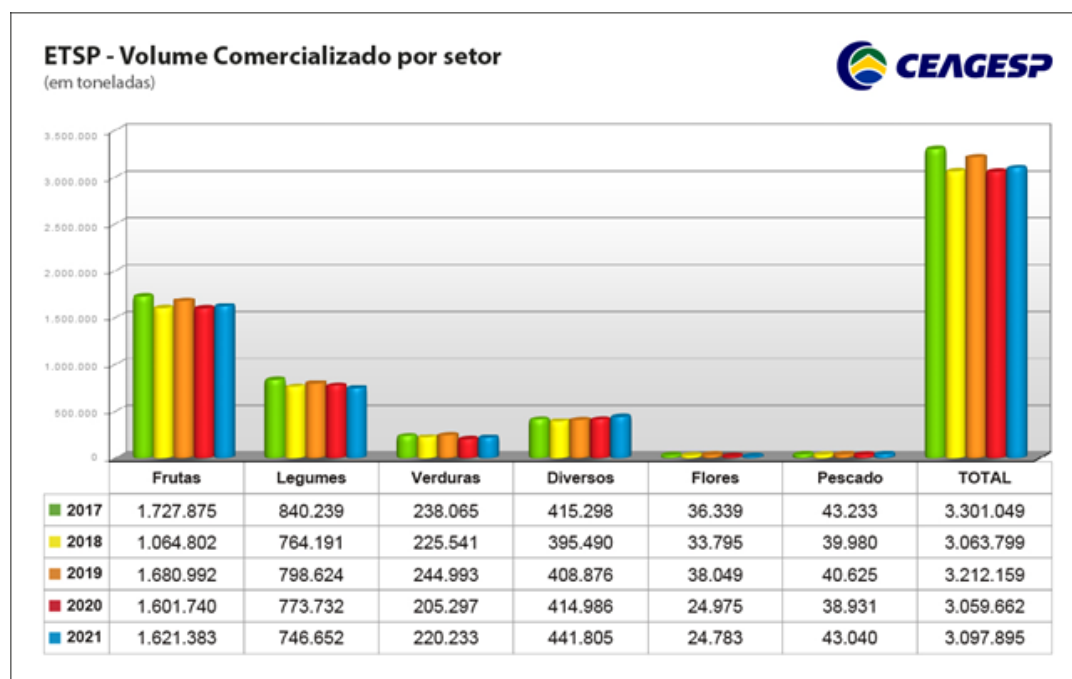


	Unidade	Volume (em toneladas)	Participação
1º	São Paulo (ETSP)	3.097.895,32	77,9%
2º	Ribeirão Preto	238.586,69	6,0%
3º	Sorocaba	170.137,07	4,3%
4º	São José do Rio Preto	134.740,25	3,4%
5º	Presidente Prudente	80.707,06	2,0%
6º	São José dos Campos	75.328,00	1,9%
7º	Bauru	75.251,94	1,9%
8º	Araraquara	35.083,69	0,9%
9º	Piracicaba	20.966,40	0,5%
10º	Araçatuba	20.506,79	0,5%
11º	Marília	15.578,78	0,4%
12º	Franca	12.934,78	0,3%

O volume comercializado no ETSP aumentou 1,2% em 2021 em relação ao ano anterior. Foram comercializadas 3.097.895 toneladas de frutas, legumes, verduras, flores e pescados ante 3.059.662 toneladas em 2020. O gráfico abaixo ilustra a comercialização nos últimos 20 anos no maior entreposto da América Latina:

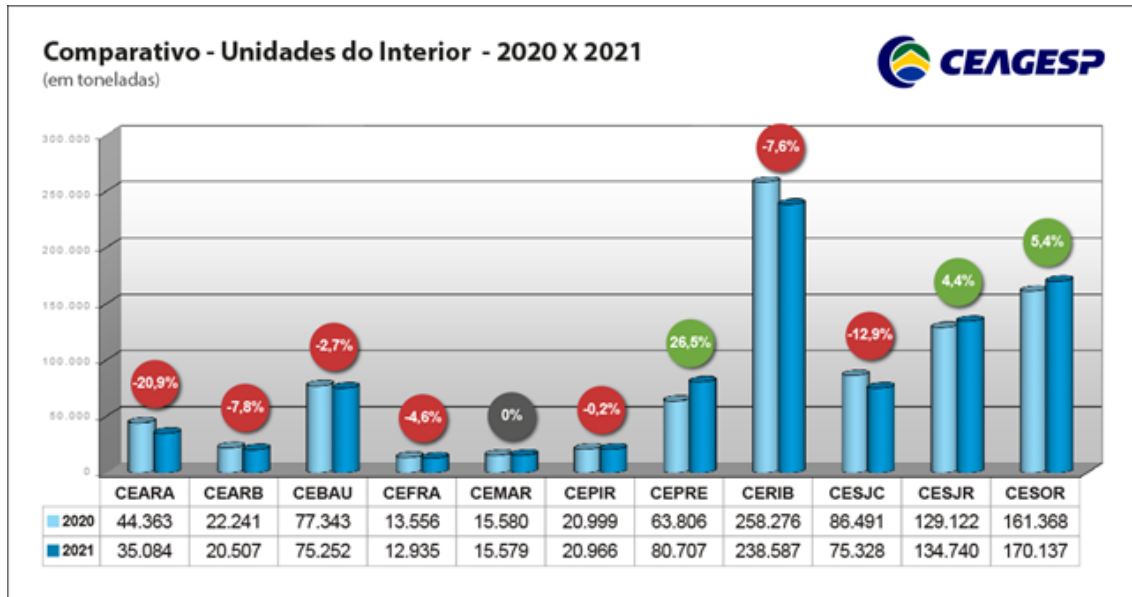


Em 2021, todos os setores apresentaram aumento na comercialização, salvo flores, com leve retração, isso se deve ao reflexo da pandemia que afetou o ramo de eventos comemorativos, como festas, casamentos, formaturas, comemorações institucionais, inclusive as fúnebres, tiveram restrições. O gráfico abaixo mostra os volumes, por setor, nos últimos 5 anos:



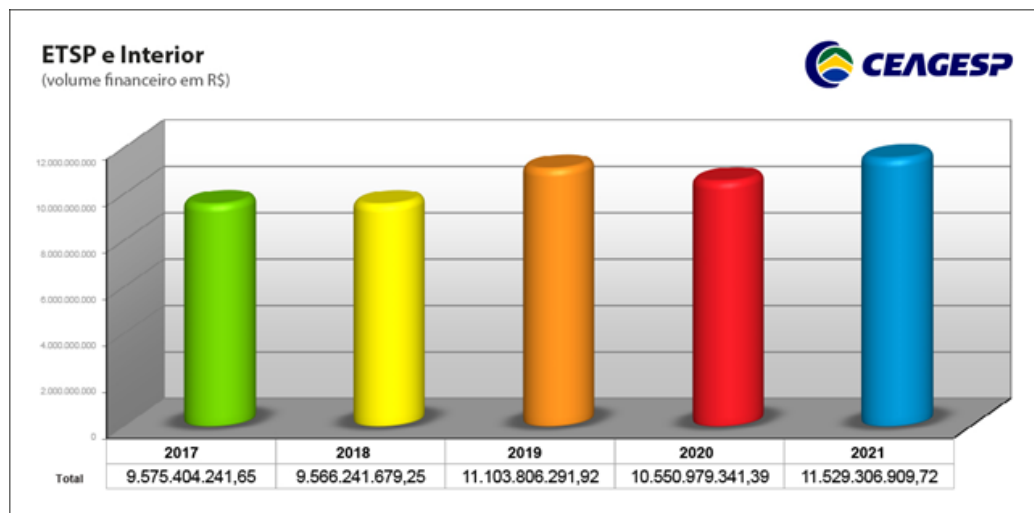
Participação dos Entrepósitos do Interior

Em 2020 a quantidade ofertada nas unidades do interior caiu 1,49%. Em 2021, foram negociadas 879.821 toneladas ante 893.144 toneladas em 2020. Mesmo assim, houve crescimento em alguns entrepósitos. As unidades com maior crescimento foram: Presidente Prudente (80.707 Toneladas), Sorocaba (170.137 Toneladas) e São José do Rio Preto (134.740 Toneladas). O gráfico abaixo detalha o resultado:



Volume Financeiro na Rede de Entrepósitos

O fluxo financeiro na rede de entrepostos (resultado de todos os produtos comercializados pelos permissionários) registrou aumento de 9,3% em 2021. O montante negociado ao longo do ano foi de R\$ 11.529.306.909,72 bilhões ante R\$ R\$ 10.550.979.341,39 bilhões registrados em 2020. O gráfico abaixo mostra o fluxo financeiro na rede de entrepostos nos últimos 5 anos:



Participação do ETSP

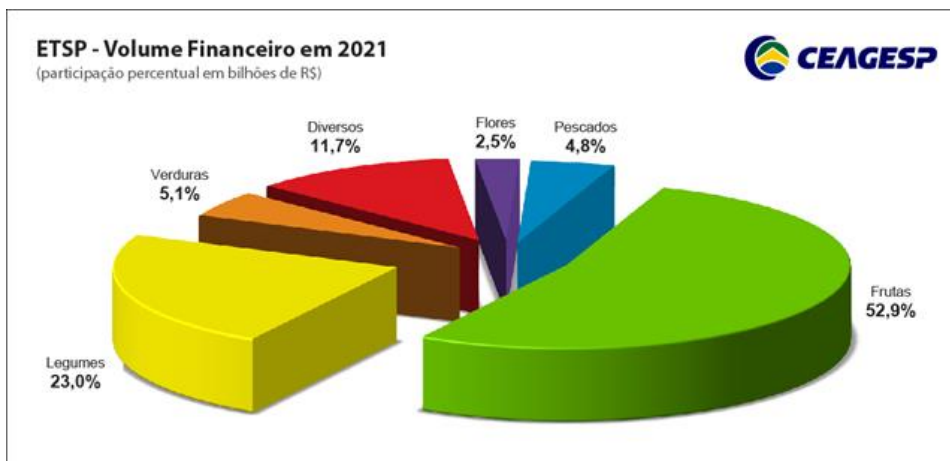
A participação do ETSP no volume financeiro é um pouco mais expressiva do que no volume em toneladas. Do total de entrepostos, 78,3% do volume financeiro é gerado no ETSP, seguido pelas unidades de Ribeirão Preto (5,8%), Sorocaba (4,1 %) e São José do Rio Preto (3,6%) conforme quadro abaixo:

Fluxo Financeiro nos Entrepósitos em 2021
(em R\$)

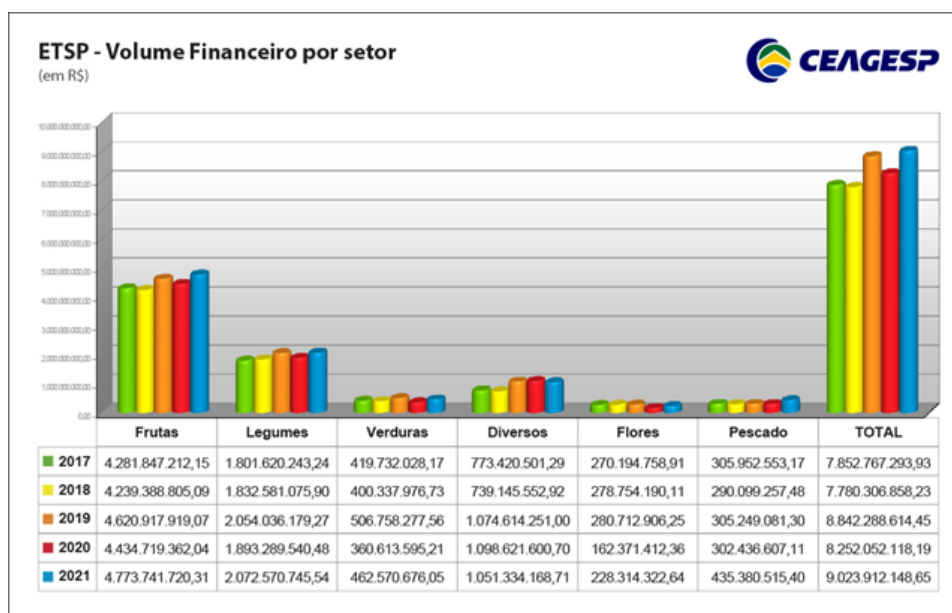


	Unidade	Fluxo Financeiros (R\$)	Participação
1º	São Paulo (ETSP)	9.023.912.148,65	78,3%
2º	Ribeirão Preto	667.527.520,34	5,8%
3º	Sorocaba	469.672.586,50	4,1%
4º	São José do Rio Preto	413.583.119,27	3,6%
5º	Presidente Prudente	244.368.425,63	2,1%
6º	São José dos Campos	216.622.141,59	1,9%
7º	Bauru	187.698.656,08	1,6%
8º	Araraquara	100.545.235,51	0,9%
9º	Araçatuba	74.765.444,54	0,6%
10º	Piracicaba	49.823.659,57	0,4%
11º	Marília	47.145.776,71	0,4%
12º	Franca	33.642.195,36	0,3%

O fluxo financeiro envolvido na comercialização do ETSP em 2021 foi de R\$ 9,02 bilhões. Aumento de 9,4% em relação aos R\$ 8,25 bilhões negociados em 2020. O setor de frutas respondeu por cerca de 52,9% deste total, seguido por legumes com 23,0%. O gráfico abaixo mostra a participação percentual de cada setor na composição do volume financeiro:

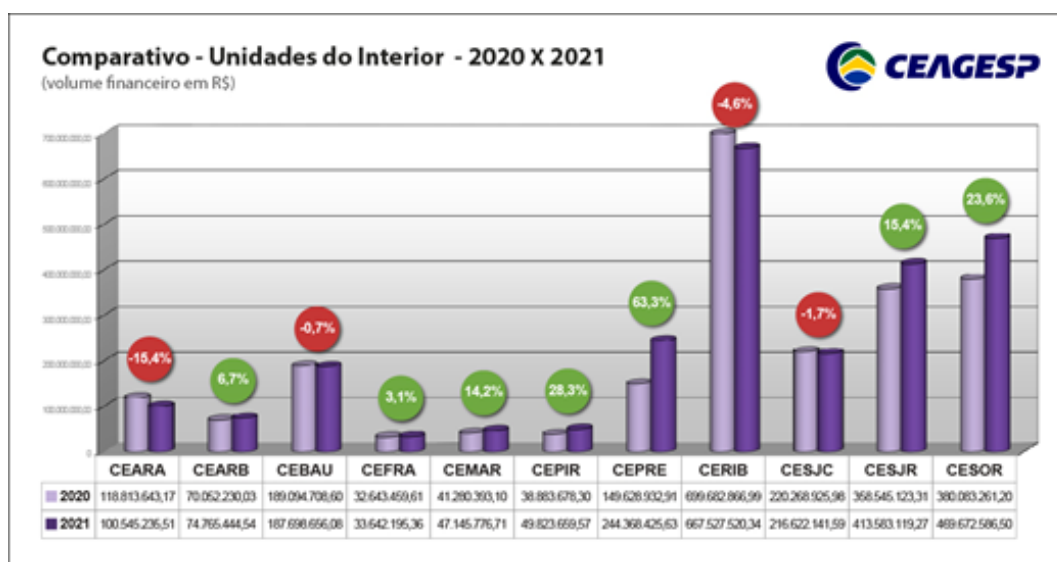


O fluxo financeiro dos permissionários no ETSP, em 2021, foi superior ao percentual em relação ao ano de 2020. Segue abaixo a evolução dos últimos 5 anos:



Participação dos Entrepósitos do Interior

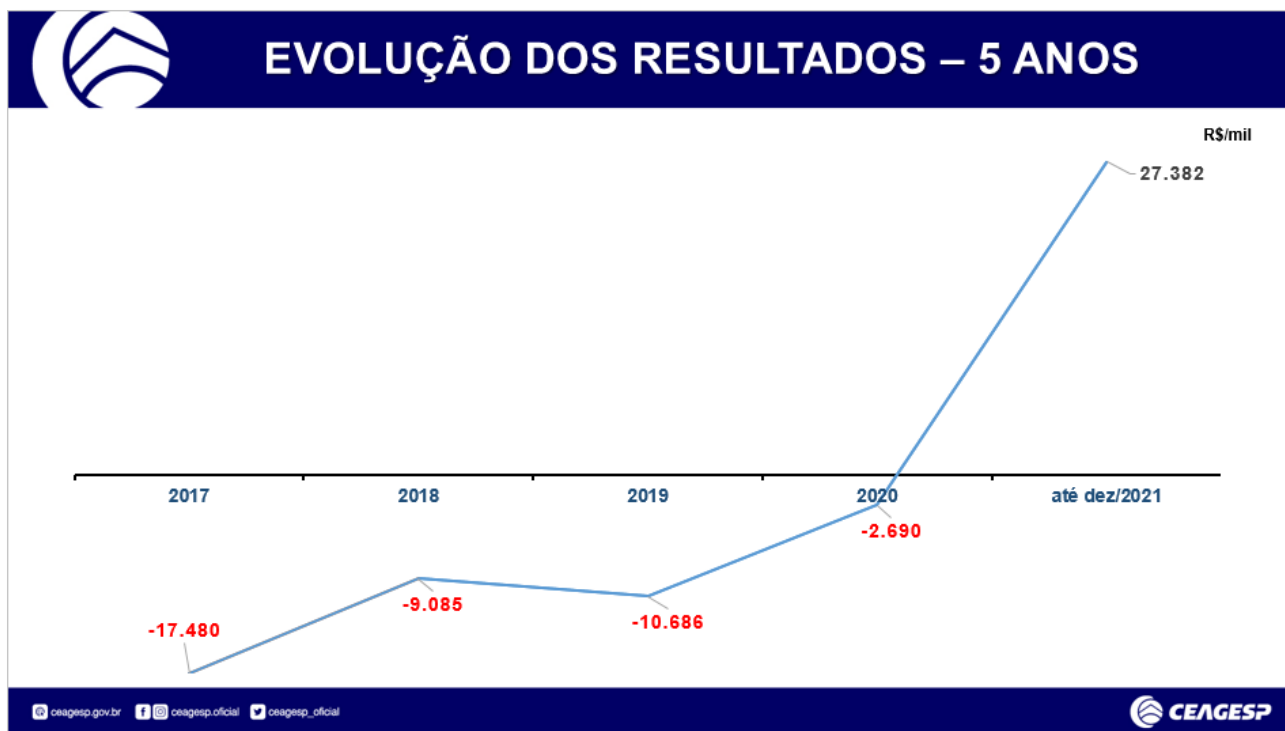
Fluxo Financeiro no Interior: O volume financeiro total das unidades do interior apresentou um crescimento de 9,0%. Passou de R\$ 2,3 bilhões em 2020 para R\$ 2,5 bilhões em 2021. A maioria das unidades apresentou aumento, com destaque para as unidades de Presidente Prudente (63,3%), Piracicaba (28,3%), Sorocaba (23,6%) e São José do Rio Preto (15,4%), conforme gráfico:



Desempenho Contábil

Evolução do Resultado

Apresenta-se a evolução do resultado da Companhia nos últimos 5 exercícios, demonstrando um Lucro Líquido de R\$ 27 milhões em 2021, após uma sequência de prejuízos.



Os principais fatores que explicam o desenvolvimento em 2021 são baseados no esforço da Companhia em aumentar a arrecadação das receitas, bem como em decisões administrativas em importantes negociações tributárias; além de reversões de processos jurídicos cíveis.

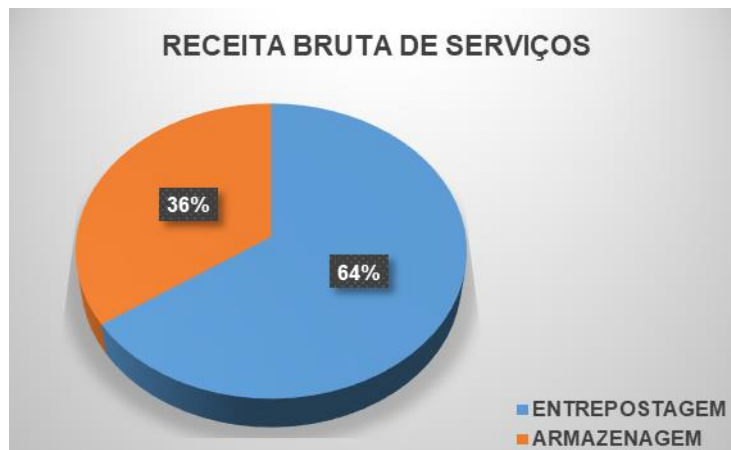
Receita Operacional Bruta - ROB

A receita operacional bruta da CEAGESP corresponde aos recursos gerados pelos negócios de entrepostagem e armazenagem de todas as unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo.

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita Operacional Bruta	152.304	133.144

A receita operacional bruta da Companhia totalizou o ano de 2021 com R\$ 152.304 milhões, enquanto 2020 foi de R\$ 133.144 milhões, um aumento de 14%, alavancada pelo aumento na arrecadação de receitas. As decisões administrativas e operacionais de gerenciamento de despesas apoiaram o resultado positivo do exercício.

As receitas provenientes das unidades de negócios da CEAGESP estão apresentadas conforme os seguintes percentuais:



Responsabilidade Social

A Companhia, buscando cumprir com sua função social, além de trabalhar com afinco para propiciar a garantia do direito constitucional à uma alimentação saudável, mantém parcerias através de convênios com instituições públicas e privadas para a realização de um objetivo comum, mediante mútua colaboração. Essas parcerias têm como principal objetivo a melhoria no atendimento ao cidadão, aos funcionários, clientes e fornecedores.

Os principais programas desenvolvidos nesse sentido foram a Nossa Turma e o Banco CEAGESP de Alimentos.

Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma

A Associação de Apoio à Infância e à Adolescência Nossa Turma oferece lazer educativo voltado ao desenvolvimento humano, de modo a garantir as bases para uma transformação social positiva. O espaço ocupado é cedido através de convênio firmado entre a CEAGESP e a Associação.

O ano de 2021 foi um ano atípico, devido a pandemia de Covid 19, o retorno das aulas foi autorizado com atendimento de somente 35% nos projetos creche e ampliada, conforme cronograma da Secretaria da Educação de São Paulo, conseguindo cumprir de forma satisfatória o estabelecido.

Nesse ano foram atendidas 108 crianças com faixa etária entre 11 meses e 4 anos de idade, formando 37 crianças que foram encaminhadas para as Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI.

Foram atendidos 43 alunos de 5 a 7 anos, na maioria moradores de comunidades da região próxima ao ETSP, com ações de reforço escolar, alfabetização, oficina diversas e acompanhamento psicológico.

A Associação, no primeiro semestre do ano, direcionou algumas das ações que eram normalmente realizadas no ano letivo para atender e socorrer as 160 famílias assistidas pela instituição, se tornando um polo de recebimento e distribuição de doações internas e externas, de alimentos e recursos financeiros, vindas de empresas doadoras e da Prefeitura de São Paulo. No segundo semestre, com a volta das aulas presenciais, as doações se concentraram na própria instituição.

Banco CEAGESP de Alimentos - BCA

Criado em 2003, O BCA - Banco CEAGESP de Alimentos tem como principal missão evitar o desperdício dos alimentos excedentes da comercialização atacadista e distribuí-los aos beneficiários das entidades públicas/privadas e associações que operem gratuitamente em todas as circunstâncias, com alimentos ou refeição das pessoas em situação de insegurança alimentar

como creches, casas de recuperação, orfanatos, hospitais públicos, asilos e entidades assistenciais em geral, além de outros bancos de alimentos parceiros.

Em 2021, o BCA do ETSP doou em sua totalidade 2.013 toneladas de alimentos que foram distribuídos em 1.263 atendimentos às 220 entidades cadastradas, 110 atendimentos voltados para 27 Bancos de Alimentos cadastrados, como também em 43 ações sociais realizadas para pessoa física no ETSP e 14 ações sociais para cidades solicitantes de ajuda de doação de alimentos.

Com o objetivo de atender as necessidades dos menos favorecidos nesse momento tão difícil de pandemia da COVID-19, o BCA intensificou o trabalho social, colocando em sua agenda semanal a distribuição de alimentos para pessoa física e, quando solicitado, também o atendimento a chamados de ajuda humanitária de populações atingidas por problemas causados pela própria pandemia e desastres naturais, ocorridos nesse ano.

Nesse ano a diretoria da Ceagesp mobilizou toda a empresa (matriz e unidades do interior), empresários, permissionários, funcionários e pessoa física a participarem dessas campanhas de arrecadação de alimentos, onde o resultado foi a realização de 14 grandes Ações Sociais Cidades, que possibilitou ajudar, com doação de alimentos, populações de cidades como: Aparecida do Norte, Potim, Roseira, Fortaleza, Guaratinguetá, Araraquara, Descalvado, Rincão, Amparo, Sumaré, Cachoeira Paulista, Pinhalzinho, Águas da Prata, Guataporã, APA Iguape, Sul da Bahia e Aldeias Indígenas Tenonde Porã e Krukutu em Parelheiros.

As unidades da Ceagesp do interior como: Araraquara, Araçatuba, Bauru, Franca, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Campos, Sorocaba, São José do Rio Preto, realizaram Ações Sociais para pessoa física em suas unidades, totalizando 534 toneladas doadas no ano.

Banco CEAGESP de Alimentos ETSP no ano de 2021	
Entidades Cadastradas	252 entidades
Atendimentos às Entidades	1263 atendimentos
Bancos de Alimentos Cadastrados	27 Banco de Alimentos
Atendimentos aos Bancos de Alimentos	110 atendimentos
Ações Sociais (doação pessoa física)	43 ações
Ações Sociais cidades (Missões)	14 ações que enviou alimento para algumas regiões afetadas pela pandemia de Covid 19 e regiões afetadas por desastres naturais
Ações sociais Unidades do Interior	303 ações
Total de doações (geral)	2547 toneladas

Meio Ambiente

A CEAGESP também se preocupa com as questões ligadas à conservação do meio ambiente e faz a sua contribuição destinando corretamente os resíduos orgânicos e inorgânicos utilizados na comercialização de frutas, legumes, verduras, flores e pescados em seus entrepostos, promovendo ações de reutilização, reciclagem e reaproveitamento desses resíduos.

A separação de itens para reciclagem evita que estes sejam descartados como lixo em aterro sanitário, como também evita que sejam jogados no chão o que aumentaria o volume de lixo a ser varrido e coletado, gerando economia para a Companhia.

Pesquisa e Desenvolvimento

A CEAGESP para atender alguns direcionadores de seu Estatuto Social, tais como: elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio; manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e produtos de valor econômico; qualificar pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e do agronegócio; comercializar produtos e subprodutos, observando a legislação vigente; conta com um setor de pesquisa e desenvolvimento - a Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira.

Em 2021, devido ao impacto da pandemia imposta pela COVID19, diversas atividades como reuniões, palestras e cursos, sofreram alterações em seus formatos e passaram a ser realizadas remotamente. Apesar dos desafios, foram obtidos bons resultados, onde destacamos:

ACT - Acordo de Cooperação Técnica

CEAGESP e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) - Processo CEAGESP 077/20.

Produção de imagens de frutas e hortaliças frescas para uso como referencial fotográfico dos Requisitos Mínimos dos produtos hortícolas (Instrução Normativa nº 69/2018), para a produção de imagens para as Brochuras junto ao Programa de Frutas e Hortaliças da OCDE e para as ações de apoio à Defesa Agropecuária relacionadas com a temática da rastreabilidade, dos aspectos da padronização relacionados com o desperdício de alimentos e a promoção de treinamentos e cursos relacionados com a qualidade de frutas e hortaliças frescas.

O Brasil foi escolhido para elaborar a norma internacional de qualidade do mamão para o comércio internacional entre os países membros e parceiros da OCDE. A CEAGESP foi designada para a criação do referencial fotográfico para esta norma. Em 2021, no mercado atacadista e em viagem técnica, foram obtidas 3.000 imagens para composição da brochura.

CEAGESP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) - Processo 025/20.

Parceria a fim de estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica entre as partes para a realização de estudos e pesquisas, consultorias, conferências, ministração de cursos e programas de capacitação. É de suma importância este trabalho em conjunto em virtude da grande representatividade e diversidade dos entrepostos da CEAGESP sendo um local ideal para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária.

Em 2021, a CEAGESP contribuiu para a elaboração do VII Curso de Tecnologia Pós-Colheita em Frutas e Hortaliças, curso oferecido em formato on-line e gratuito que registrou um aumento na procura de 2.700% em comparação à edição anterior, realizada em 2019.

CEAGESP e Empresa Municipal Parque Tecnológico de Sorocaba – EMPTS - Processo 168/21.

Os municípios que fazem parte do APL Agrotech (Arranjo Produtivo Local)¹: Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Itapetininga, Piedade, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, São Roque e Sorocaba, possuem de acordo com os dados da Seção de Economia e Desenvolvimento da CEAGESP (SEDES) grande importância: em 2011, juntos representaram 11,25% de participação no volume total comercializado no ETSP. O objetivo é promover ações de desenvolvimento dos setores e

segmentos agropecuários, buscando aumentar a competitividade e eficiência da produção e qualidade dos produtos participantes do APL Agrotech.

Políticas Públicas

✓ **Programa Hortiescolha – Processos 024/12 e 046/19:**

– Programa criado para apoiar à tomada de decisão de gestores de serviços de alimentação, na escolha do melhor produto para cada época, do tipo de produto de melhor custo-benefício, na garantia de diversidade na alimentação e um menor custo e maior quantidade de alimento no prato. Em 2021, foram treinadas 1.642 pessoas na utilização das ferramentas gratuitas do Programa Hortiescolha.

✓ **Escola do Sabor:**

– Iniciativa que visa mudar e ampliar os hábitos alimentares infantis, em busca de uma refeição mais saudável através de atividades lúdicas e ações para aproximar as crianças da agricultura ao mostrar o caminho da produção até o consumo.

✓ **Dica da Semana:**

– Elaboração de conteúdo técnico juntamente com a Seção de Sustentabilidade (SESUS), Seção de Economia e Desenvolvimento (SEDES) e Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CODGO) para vídeos que visam a promoção da alimentação saudável.

Parcerias

✓ **Associação dos Produtores de Abacate – ABPA:**

– Estudos e análises com o objetivo de colaborar com a cadeia produtiva do abacate avaliando o ponto de colheita através da análises físico-químicas e sensoriais (teor de matéria seca, comprimento do fruto, massa fruto inteiro, casca, polpa e semente). A Ceagesp pelo recebimento de produtos de origens muito diversas, se torna um *hub* ideal para este tipo de avaliação. O objetivo é verificar a qualidade do produto que chega para a comercialização e com isto identificar o melhor ponto de maturidade comercial e consequentemente garantir a qualidade nutricional e sensorial durante a comercialização e consumo. Em 2021 foram realizadas 2.051 análises.

✓ **ABRE – Associação Brasileira de Embalagens:**

– Estudo com o apoio das principais empresas fabricantes de embalagens e permissionários atacadistas do ETSP, para o aperfeiçoamento das atuais embalagens utilizadas, que permita acomodar diferentes matérias primas, plástico, papelão, isopor e madeira num mesmo palete (unitização de cargas).

✓ **Maurício de Sousa Produções (MSP), Embrapa e CEAGESP - cartilha “Dicas contra o desperdício de alimentos em tempos de coronavírus”:**

– Ilustrada com os personagens da Turma da Mônica, a cartilha tem como principal objetivo orientar e auxiliar as famílias a evitar o desperdício de alimentos, que vai da compra ao consumo dos alimentos.

✓ **Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria de Justiça do Consumidor de São Paulo:**

– Interface de apoio entre Promotoria da Justiça do Consumidor e Comerciantes Atacadistas da CEAGESP nas questões envolvendo a Rastreabilidade – IN 02/2018 e 01/2019 do MAPA e ANVISA, principalmente em relação às intimações para cumprimento da Instrução Normativa.

Atendimento ao Público

Em 2021 foram atendidas 5.642 pessoas (produtores, técnicos de campo, atacadistas, varejistas, agentes e estudantes em pós-colheita e comercialização), um aumento de 8,5% em relação à meta estabelecida para atendimento em cursos, reuniões, palestras, aulas e *lives* (ou *meetings*), sendo que a maior parte foi realizada à distância, via web. O atendimento objetiva apoiar a comercialização bem como a conformidade legal.

Estudos Técnicos

- Reutilização de embalagens de papelão ondulado em razão da escassez provocada pela crise em função do COVID 19.
- Proposta de Regulamentação Sanitária para comercialização de frutas e hortaliças *in natura* em Entrepósitos Atacadistas.
- Proposta para descrição da Setorização no Mercado Atacadista e atualização da Norma NG-006 (Regulamento dos Entrepósitos da CEAGESP).
- Centro Logístico de Caixas.
- Evolução de embalagens para frutas e hortaliças *in natura*.
- Exposição e venda de frutas e hortaliças *in natura* embaladas no varejão. Reavaliação da Norma Interna e Responsabilidade da CEAGESP perante órgão sanitário.

Tendência

Diante do acima exposto (gestão estratégica, volumes comercializados, fluxos financeiros, pesquisas e cooperações técnicas), podemos deduzir que, mesmo diante de todas as adversidades apresentadas no ano de 2021, a empresa obteve resultados positivos significativos, corroborando com a retomada da economia em âmbito nacional.

O país começa o ano de 2022, na esperança que os danos causados pela pandemia, bem como, o surto das novas variantes sejam rapidamente normalizados, haja vista que a taxa de imunizados já atinge expressiva parcela da população brasileira. O desemprego ainda é um grande obstáculo ao crescimento econômico, porém, o Governo Federal tem enfrentado essa questão de forma bastante firme, não somente buscando a geração de empregos formais como também assistindo aos menos favorecidos com políticas públicas de enfrentamento aos mais necessitados, vide os Programas Renda Brasil e Auxílio Emergencial. Após a recessão de 2021, as previsões para este ano ainda são “*tímidas*”, com um crescimento do PIB da ordem de 0,3% considerando a última atualização do FMI, e segundo o Boletim Focus do Banco Central do Brasil, observando a mediana da perspectiva para o PIB 2022, também está na ordem de 0,3%. Já para o do setor agropecuário a estimativa é de 2,8% (dados do IPEA, Jan. 2022). Para a inflação, a previsão do Instituto é de queda no índice, para 4,9%.

Temos que considerar também, como forte influenciador os custos de produção, pois os preços dos insumos são balizados na moeda estrangeira. Nossa taxa de câmbio está desvalorizada frente às principais moedas, fazendo os produtos estrangeiros chegarem caros, ocorrendo ao mesmo tempo um maior incentivo para as exportações de frutas nacionais, o que pressiona os preços internamente.

O setor de hortifrúti tem se dedicado, ano após ano, a investir cada vez mais em tecnologia, em toda a cadeia produtiva, desde a produção até a distribuição. O produtor precisa se preocupar com a planta, com o solo, clima, colheita, transporte, mercados, crédito, seguro agrícola, etc. Com isso temos cada vez mais produtos de qualidade, que mantêm suas melhores características até chegar à mesa do consumidor final.



BALANÇO PATRIMONIAL							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
(Em milhares de reais)							
	Nota	31.12.2021	31.12.2020		Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO				PASSIVO + Patrimônio líquido			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.144	11.437	Fornecedores	16	4.120	4.043
Clientes	5	24.692	35.662	Férias e encargos a pagar	17	7.921	8.444
Impostos a recuperar ou a compensar	6	216	216	Contribuições sociais a recolher	18	3.392	3.614
Estoques	7	832	606	Obrigações fiscais a recolher	19	10.683	58.663
Outros valores	8	512	570	Encargos a pagar	20	624	2.561
Despesas antecipadas	9	1.410	728	Contas a pagar	21	9.870	3.558
Total do ativo circulante		51.806	49.219	Empréstimos a pagar	22	-	2.025
				Total do passivo circulante		36.610	82.908
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Adiantamento para futuro aumento de capital	23	5.148	1.481
Depósitos judiciais	10	35.902	34.221	Obrigações fiscais a recolher	19	48.598	12.831
Contas a receber	11	6.343	7.923	Provisões judiciais	24	14.540	30.390
Outros valores	12	2.051	2.051	Total do passivo não circulante		68.286	44.702
Total do realizável a longo prazo		44.296	44.195				
Investimentos	13	241	251	Patrimônio líquido			
Imobilizado	14	192.908	200.558	Capital social	25.1	137.041	137.041
Intangível	15	183	287	Reservas de lucros	25.2	32.392	14.184
Total do ativo não circulante		237.628	245.291	Reserva de Reavaliação	25.2	15.105	15.675
				Total do patrimônio líquido		184.538	166.900
TOTAL DO ATIVO		289.434	294.510	TOTAL DO PASSIVO + PL		289.434	294.510

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
		a	a	a	a
		31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Receita operacional líquida	26.1	32.577	129.856	29.828	111.387
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	26.2	(16.752)	(58.930)	(9.995)	(45.694)
Lucro bruto		15.825	70.926	19.833	65.693
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas			(17)	(1)	(9)
Gerais e administrativas	26.3	(15.781)	(39.708)	(14.338)	(56.288)
Honorários da administração		(269)	(1.041)	(277)	(933)
Outras despesas operacionais		(59)	(155)		(1)
Outras receitas operacionais	26.4	294	634	1.993	3.020
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		9	30.639	7.210	11.482
Despesas financeiras	26.5	(921)	(943)	(3.882)	(17.006)
Receitas financeiras	26.6	1.173	3.678	1.207	3.815
RESULTADO FINANCEIRO		252	2.735	(2.675)	(13.191)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		261	33.374	4.535	(1.709)
Contribuição social	32	(448)	(1.727)	(386)	(386)
Imposto de renda	32	(984)	(4.265)	(595)	(595)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.170)	27.382	3.554	(2.690)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,03)	0,80	0,10	(0,08)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020				
(Em milhares de reais)				
	Exercício Atual		Exercício Anterior	
	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
RESULTADO DO PERÍODO	(1.170)	27.382	3.554	(2.690)
(+) Itens não reclassificados para o resultado				
Realização da reserva de reavaliação	142	570	142	570
RESULTADO ABRANGENTE	(1.028)	27.952	3.696	(2.120)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros				Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Reserva Especial	Reserva Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	137.041	16.245	3.513	-	3.020	9.693	-	169.511
Realização da reserva de reavaliação	-	(570)	-	-	-	-	570	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.690)	(2.690)
Atualização da Reserva Especial	-	-	-	-	78	-	-	78
Compensação de prejuízos	-	-	-	-	-	(2.121)	2.121	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(2.121)	2.121	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	137.041	15.675	3.513	-	3.098	7.572	-	166.900
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	137.041	15.675	3.513	-	3.098	7.572	-	166.900
Realização da reserva de reavaliação	-	(570)	-	-	-	-	570	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.382	27.382
Constituição da reserva legal	-	-	1.370	-	-	-	(1.370)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	19.937	-	-	(19.937)	-
Constituição dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	(6.646)	(6.646)
Atualização da reserva especial	-	-	-	-	134	-	-	134
Pagamento da reserva especial (Dividendos)	-	-	-	-	(3.232)	-	-	(3.232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	137.041	15.105	4.883	19.937	-	7.572	-	184.538

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	31.12.2021	31.12.2020
Atividades operacionais		
Resultado ajustado		
Resultado líquido do exercício	27.382	(2.690)
Depreciação e amortização	7.281	7.216
Resultado líquido da alienação de imobilizado	896	132
Despesas com provisões judiciais	(15.850)	2.070
Variação monetária líquida	1.515	284
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber – processos trabalhistas	(1.680)	(1.615)
Contas a receber – clientes	10.970	(11.026)
Estoques	(225)	272
Impostos a recuperar	0,02	(0,02)
Despesas antecipadas	(683)	1.022
Outros créditos	1.637	2.654
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	35	(25)
Fornecedores	77	(12.096)
Impostos, encargos e contribuições a recolher	(2.116)	(1.131)
Obrigações fiscais a recolher	(13.576)	25.478
Contas a pagar	3.179	(139)
Férias e encargos a pagar	(523)	91
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.319	10.497
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(422)	(228)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(422)	(228)
Atividades de financiamentos		
Variação monetária sobre adiantamento para futuro aumento de capital	68	38
Dividendos pagos	(3.232)	-
Empréstimos obtidos	-	4.000
Pagamento de empréstimos	(2.050)	(6.824)
Juros pagos sobre empréstimos	25	250
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(5.189)	(2.536)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	12.708	7.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.436	3.703
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	24.144	11.436
Variação de caixa e equivalentes de caixa	12.708	7.733

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	31.12.2021	31.12.2020
1 Receitas	144.693	131.986
1.1 Receitas operacionais	152.304	133.144
1.2 Perda / reversão de crédito de liquidação duvidosa	(8.245)	(3.707)
1.3 Outras receitas operacionais	634	2.549
2 Insumos adquiridos de terceiros	(29.103)	(35.514)
2.1 Energia, serviços adquiridos de terceiros, água e outros	(31.980)	(24.568)
2.2 Materiais e manutenções	(7.879)	(3.467)
2.3 Propaganda e publicidade	(30)	(12)
2.4 Utilidades e serviços	(3.484)	(2.377)
2.5 Provisões diversas	14.270	(5.090)
3 Valor adicionado bruto (1 - 2)	115.590	96.472
4 Retenções	(7.281)	(7.216)
4.1 Depreciação e amortização	(7.281)	(7.216)
5 Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3 - 4)	108.309	89.256
6 Valor adicionado recebido em transferência	3.678	4.287
6.1 Receitas financeiras	3.678	3.815
6.2 Dividendos recebidos	-	472
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	111.987	93.543
Distribuição do valor adicionado	111.987	93.543
7 Remuneração do trabalho	47.327	40.204
7.1 Salários, honorários e benefícios	40.111	35.732
7.2 FGTS	7.216	4.472
8 Remuneração do governo	36.335	39.023
8.1 Federais (IRPJ/CSLL)	5.992	981
8.2 INSS	15.384	15.313
8.3 PIS/COFINS sobre vendas	19.512	19.362
8.4 Impostos, taxas e contribuições	(4.553)	3.367
9 Remuneração de capital de terceiros	943	17.006
9.1 Juros, multas e atualizações monetárias	943	17.006
10 Remuneração de capitais próprios	27.382	(2.690)
10.1 (Prejuízo) / lucro	27.382	(2.690)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede, administração e foro localizados na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1.946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e vinculada ao Ministério da Economia, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu Estatuto Social. O Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019, publicado no dia 4 de outubro de 2019, transferiu a vinculação da CEAGESP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério da Economia.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos do agronegócio, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Presta serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, mantendo serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 09 de fevereiro de 2022 e serão divulgadas após autorização do Conselho de Administração.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (IFRS e BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê



de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e correlacionadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis.

As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram apresentadas integralmente nestas informações anuais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção de práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis encerradas para 31 de dezembro de 2020, publicadas em março de 2021, portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	35	27
Bancos Conta Movimento	5.648	6.405
Aplicações Financeiras	18.461	5.005
	24.144	11.437

4.1. Caixa

Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades Operacionais.

4.2. Bancos Conta Movimento

Correspondem aos saldos em contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

4.3. Aplicações Financeiras

Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.



No mês de dezembro de 2020 foi aplicado o valor de R\$ 5 milhões em renda fixa no Banco do Brasil, em cotas do fundo de investimento que atende entes da Administração direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando a valorização das cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

5. CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Contas a Receber – Entrepóstagem	21.318	32.830
Valores em Cobrança	5.101	3.572
Contas a Receber – Armazenagem	4.102	3.888
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(5.829)	(4.628)
	24.692	35.662

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da PECLD.

5.1. Contas a Receber – Entrepóstagem

Nesta conta são registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e 1 fábrica de gelo que se encontra em inatividade desde janeiro de 2017. A fábrica de gelo, por encontrar-se fora de operação, não produz receita. A redução de R\$ 11,512 milhões registrada nesta nomenclatura está relacionada à diminuição do índice de inadimplência e na quitação dos parcelamentos formalizados, consequência da pandemia do Coronavírus e da enchente que ocorreu no mês de fevereiro de 2020 no Entrepósito Terminal de São Paulo – ETSP.

5.2. Valores em Cobrança

São débitos vencidos relativos a permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora, que se encontram em análise de abertura de processo judicial. Houve um aumento de R\$ 1,529 milhão, principalmente de um cliente da rede armazenadora, que não efetuou o pagamento no montante de R\$ 1,035 milhão que equivale a 67,69% do total.

5.3. Contas a Receber – Armazenagem

Consiste em valores a receber de clientes da rede armazenadora, composta por 33 Unidades, 14 ativas, 14 cedidas e 5 inativas, em 31 de dezembro de 2021. As inativas não produzem receitas. Houve aumento de R\$ 214 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 e está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, bom índice de ocupação e aumento dos serviços de processamento.

5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política o registro do valor total das perdas estimadas com vencimentos superiores a 180 dias e demais critérios detalhados a seguir.

Além do registro das perdas incorridas, em atendimento do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", subitem 5.5 que trata da Redução ao Valor Recuperável", foi estabelecido, em dezembro de 2021, um valor adicional de perdas esperadas, com o objetivo de registrar as perdas prováveis do grupo Clientes, subgrupo "títulos a vencer" da entrepostagem. A metodologia foi desenvolvida com base no histórico do não recebimento de títulos, e definiu a aplicação de um percentual pela expectativa histórica de não recebimento desta carteira.

Dessa forma, na atividade de entrepostagem são considerados os valores vencidos e complementar de perdas esperadas, enquanto na armazenagem é considerado o valor no caso da mercadoria estocada ser insuficiente para a garantia do débito.

Houve um aumento de R\$ 1,201 milhão em relação a 31 de dezembro de 2020, com diminuição na Entrepostagem de R\$ 299 mil, e, aumento de Cobranças Judiciais em Análise em R\$ 1,527 milhão, notadamente de um cliente da rede armazenadora que possui débito vencido de 2016 A 2020 no montante de R\$ 1,035 milhão que equivale a 67,69% do total.

Movimentação da conta	Saldo em 31.12.2020	Entrada	Saída	Perdas Estimadas	Saldo em 31.12.2021
Cobranças no Jurídico em Análise	(3.574)	(5.191)	3.664	-	(5.101)
CEASAS, Frigoríficos e E.T.S.P	(714)	(589)	1.286	(398)	(415)
Usuários – Parcelados	(278)	(468)	592	(26)	(180)
Contas a Receber Cliente Armazéns	(61)	(43)	47	(76)	(133)
Usuários – Parcelados – SINCAESP	(1)	-	1	-	-
Total de constituição	(4.628)	(6.291)	5.590	(500)	(5.829)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IRPJ – Saldo Negativo	191	-
CSLL – Saldo Negativo	25	-
IR a Compensar	-	117
IR Retido na Fonte	-	74
CSLL a Compensar	-	25
	<u>216</u>	<u>216</u>

IR e CSLL a compensar e IR retido na fonte correspondem às retenções obrigatórias realizadas por clientes.

Os valores de IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa referem-se a recolhimentos no Lucro Real Anual mediante apuração feita por estimativas mensais, com recolhimentos mensais, a título de antecipações a cada mês. O encerramento definitivo se dá no fim do período de apuração, por meio da Declaração de Ajuste Anual.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

7. ESTOQUES

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Almoxarifado	831	599
Estoques de Vendas	1	7
	<u>832</u>	<u>606</u>

O almoxarifado é composto por insumos necessários à sua operação e manutenção, sendo transacionados pelo custo médio ponderado.

7.1. Estoque de Terceiros

O controle do estoque físico dos produtos armazenados é realizado pelo DEPAR – Departamento de armazenagem, área responsável pela administração e armazenamento dos produtos.

Os procedimentos operacionais para recebimento e armazenamento de grãos são determinados em normas internas da Companhia, confeccionadas conforme legislação específica do setor. As normas internas descrevem os procedimentos adotados desde o recebimento das mercadorias, os preparativos internos de limpeza e manutenção das unidades processos de pesagem, amostragem; bem como detalham os procedimentos realizados nos serviços prestados pela CEAGESP, como secagem, expurgo, tratamento de umidade e limpeza dos grãos.

Os controles quantitativos das mercadorias de terceiros depositadas nos armazéns são registrados através de formulários de controle desenvolvidos nas unidades e são enviados mensalmente à área fiscal e contábil para o registro em contas de compensação.

Vale mencionar que os estoques de terceiros estão segurados através da apólice de seguro patrimonial – Riscos Nomeados e Mercadoria ajustável.

8. OUTROS VALORES

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Adiantamentos a Funcionários	433	516
Outros Créditos	62	37
Cauções para Garantias Diversas	17	17
	<u>512</u>	<u>570</u>

8.1. Adiantamentos a Funcionários

São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio para viagens.

8.2. Outros Créditos

Valor a receber de funcionários, referente a desconto de benefícios diversos, principalmente por ocasião de afastamento e por não possuir saldo em conta de salário a descontar naquele momento, para ser descontado em folha de pagamento futura ou restituição dos valores pelo



funcionário que são depositados em conta corrente da CEAGESP.

8.3. Cauções para Garantias Diversas

Valores a recuperar referentes a garantias contratuais. O valor registrado é relacionado à caução de serviços públicos da Prefeitura de São Paulo.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Prêmios de Seguros a Vencer	1.410	728

9.1. Prêmio de Seguros a Vencer

São registradas das parcelas do rateio de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme nota explicativa nº 30.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – LONGO PRAZO

Movimentação do Período	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões ao reclamante</u>	<u>31.12.2021</u>
Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento)	30.640	2.487	(86)	33.041
Causas Trabalhistas – Terceiros	2.148	109	(593)	1.664
Causas Trabalhistas – CEAGESP	987	59	(313)	733
Causas Diversas – Cíveis	446	18	-	464
	<u>34.221</u>	<u>2.673</u>	<u>(992)</u>	<u>35.902</u>

10.1. Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo

Compreendem os valores desembolsados referentes às antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do Governo do Estado de São Paulo que é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”).

10.2. Causas Trabalhistas – Terceiros

Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados; permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.



10.3. Causas Trabalhistas – CEAGESP

São contabilizados valores desembolsados e classificados como recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da CEAGESP. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.4. Causas Diversas – Cíveis

São registrados depósitos judiciais como garantia, classificados como recuperáveis até o trânsito em julgado dos processos e baixados conforme parecer jurídico.

Ao final de 2021, foi iniciado um trabalho de apuração do saldo de Depósitos Judiciais. A alta administração, juntamente com o departamento de Controladoria, seção de Contabilidade e Departamento Jurídico empreenderam esforços para rastrear e confirmar os valores antigos que compõem todo o saldo apresentado no Balanço Patrimonial, bem como os critérios adotados para esses registros.

Até a finalização destas Demonstrações, a averiguação e confirmação dos saldos não foram concluídas. Como trata-se de eventos que dependem de identificação de condições já existentes na data do balanço, a Companhia atualizará as divulgações que se relacionam a essas condições à luz das novas informações.

A Companhia não vem reconhecendo juros e atualização até a finalização dos processos judiciais a que se encontram vinculados.

11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO

	31.12.2021	31.12.2020
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo	4.938	4.938
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo – Processos em Andamento	1.405	2.985
	6.343	7.923

11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo

São registrados valores desembolsados referentes às antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do ao Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº 10.1.

11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento

Contemplam valores classificados como recebíveis de acordo com classificação jurídica. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo não circulante denominada “Provisões judiciais – Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo” apresentada na nota explicativa nº 24.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

12. OUTROS VALORES – LONGO PRAZO

12.1. Realizáveis por Venda de Imóveis

Estão registrados os valores a receber da Prefeitura Municipal de Itapetininga. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para a sua liquidação. Nesta conta não foi estimada a PECLD, pois o bem é mantido como garantia real da Companhia.

13. INVESTIMENTOS

	31.12.2021	31.12.2020
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação decorrente de Incentivos Fiscais	-	9
	242	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas e não controladoras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp, entre outras, avaliadas ao custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização – FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

O saldo da Participação decorrente de Incentivos Fiscais foi baixado em contrapartida do resultado em decorrência da liquidação e extinção da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13 de novembro de 2020.

14. IMOBILIZADO

	31.12.2021			31.12.2020	
	Custo	Taxa (%)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	303.334	2,00	(209.117)	94.217	98.717
Terrenos	72.193	-	-	72.193	72.193
Equipamentos e Instalações	36.346	6,67	(24.587)	11.759	12.684
Obras em Andamento	4.079	-	-	4.079	8.779
Obras Elétricas	19.685	6,67	(12.477)	7.208	4.520
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	-	1.482	1.482
Equipamentos de Informática	5.026	14,79	(4.108)	918	1.130
Móveis e Utensílios	2.390	11,11	(1.986)	404	392
Benfeitorias em Bens de Terceiros	2.634	2,00	(2.335)	299	343
Obras Hidráulicas	4.323	6,67	(4.055)	268	316
Veículos	602	10,00	(521)	81	2
	452.094	-	(259.186)	192.908	200.558

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim localizadas:

- 32 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepóstagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepóstagem no Interior (Ceasas).
- 04 Terrenos.

Parte das unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal.

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. No exercício de 1986, a Companhia reavaliou todos os itens das contas de edificações localizados em unidades operacionais ativas (vide nota explicativa nº 25.2.3). A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil econômica dos bens, de acordo com o IAS 16 (CPC27), tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

O CPC 01 (R1) "Redução do Valor Recuperável de Ativos", item 9, determina: (...) "A entidade deve avaliar, ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização".

Foi elaborada uma Nota Técnica com o envolvimento das áreas de Controladoria, Contabilidade e Engenharia com o objetivo de demonstrar, através da evidenciação dos laudos emitidos por empresa contratada de 2016 e 2020, dos valores venais constantes do IPTU 2021 e do posicionamento do departamento de engenharia da CEAGESP; que durante o exercício de 2021 não foram identificados indícios de que os valores do ativo imobilizado da Companhia estejam registrados por valor que exceda seu valor de recuperação.

O objeto dos laudos de impairment incluiu apenas os grupos de imóveis e terrenos da Companhia, uma vez que a representatividade dos demais grupos é baixa (apenas 13% do total do ativo imobilizado).

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2021
Imóveis	98.717	179	-	(4.679)	94.217
Terrenos	72.193	-	-	-	72.193
Equipamentos e Instalações	12.685	457	(89)	(1.294)	11.759
Obras em Andamento	8.779	-	(4.700)	-	4.079
Obras Elétricas	4.520	4491	-	(1.804)	7.207
Equipamentos de Informática	1.130	4	-	(216)	918
Móveis e Utensílios	392	176	-	(164)	404
Benfeitorias em Bens de Terceiros	343	-	-	(44)	299
Obras Hidráulicas	315	-	-	(47)	268
Veículos	2	85	-	(5)	82
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	-	-	-	1.207
Equipamentos e Instalações	161	-	-	-	161
Móveis e Utensílios	114	-	-	-	114
	200.558	5.392	(4.789)	(8.253)	192.908

15. INTANGÍVEL

	31.12.2021			31.12.2020
	Custo	Taxa (%)	Amortização acumulada	Valor líquido
Direitos de Uso de Software	4.834	20	(4.651)	183
Marcas e Patentes	37	14,79	(37)	-
	4.871	-	(4.688)	287



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

MOVIMENTAÇÃO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	<u>31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>31.12.2021</u>
Direitos de Uso de Software	287	64	(168)	183
	287	64	(168)	183

16. FORNECEDORES

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores	4.120	3.618
Conta-Depósito Vinculada	-	425
	4.120	4.043

O grupo da conta de Fornecedores é composto pelas contas Fornecedores e Conta-Depósito Vinculada. A conta de Fornecedores apresentou saldo em aberto de R\$ 4,120 milhão com uma variação de R\$ 502 mil em relação a dezembro de 2020, referente à renovação da contratação de Seguros de Riscos Nomeados e Responsabilidade Civil, e, referente à repactuação de contratos para os serviços de portaria, segurança e limpeza. A Conta-Depósito Vinculada refere-se a retenção de garantia dos fornecedores cujos depósitos são mantidos, no Banco do Brasil, para garantia dos direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados.

17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Férias e Gratificações	5.828	6.229
INSS e FGTS a Pagar	2.093	2.215
	7.921	8.444

As obrigações referentes a direitos trabalhistas são constituídas com base na folha de pagamento da Companhia.

18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
INSS – Empresa – Empregados	1.455	1.461
Cofins a Recolher	838	938
INSS – Lei nº 9.711/98 e OS nº 203/99	430	567
FGTS – Empresa	488	445
Pasep a Recolher	181	203
	3.392	3.614

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	31.12.2021		31.12.2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	5.337	46.257	-	-
Imposto de Renda – Fonte – Empregados	1.713	-	1.288	-
Programa Recuperação Fiscal – Refis	1.338	2.341	1.303	3.621
Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03	1.316	-	1.173	-
Impostos e Taxas Municipais	439	-	52.980	-
IRPJ e CSLL a Recolher	272	-	229	-
ISS de Terceiros	200	-	211	-
ISS – Empresa	56	-	61	-
ICMS a Recolher	12	-	19	-
Taxa de Lixo	-	-	1.399	9.210
	10.683	48.598	58.663	12.831

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.

19.1. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI

Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo, nos exercícios de 2014 a 2020 e atualizados até a data da apresentação das demonstrações contábeis, com prazo de 120 parcelas, corrigidas pela taxa Selic, com término previsto para 31 de agosto de 2031.

19.1.1. Da Exclusão

A Prefeitura de São Paulo através do DECRETO nº 60.357 de 1 de julho de 2021, Capítulo VII, Art. 16, Inciso I, §2º, que regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2021 – PPI 2021, a saber:

II - estar inadimplente por mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, observado o disposto no § 1º deste artigo;

III - estar inadimplente há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de qualquer parcela, contados a partir do primeiro dia útil após a data de vencimento da última parcela, observado o disposto no § 1º deste artigo;

IV - estar inadimplente há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de eventual saldo residual do parcelamento, contados a partir do primeiro dia útil após a data de vencimento desse saldo, observado o disposto no § 1º deste artigo;

§ 1º Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos II, III ou IV do “caput” deste artigo, o sujeito passivo não será excluído do PPI 2021 se o saldo devedor remanescente for integralmente pago até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência de qualquer dessas hipóteses.

§ 2º A exclusão do PPI 2021 implicará a perda de todos os benefícios legais regulamentados neste decreto, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, e a imediata inscrição dos valores

remanescentes na Dívida Ativa, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, efetivação do protesto extrajudicial do título executivo e adoção de todas as demais medidas legais de cobrança do crédito colocadas à disposição do Município credor.

COMPOSIÇÃO

DEMONSTRATIVO DOS DEBITOS IPTUS PARA FINS DE ADESÃO DE PPI2021 CFE DECRETO 60.357 DE 01/07/2021

Nº SQL:	POSIÇÃO DEBITOS				BENE- FÍCIOS	ADESÃO			
	VALOR PRINC.	AT. MONET. MULTA JUROS	HONOR./CUSTA ESTADO	TOTAL DÉBITOS	MULTA/ JUROS/ HONOR.	TOTAL	PAGA- MENTOS	CORRE- ÇÃO	SALDO
IPTU 097.127.0001-1	35.054	21.355	5.836	62.245	(9.997)	52.248	(1.926)	1.272	51.594
IPTU 097.037.0001-2	223	121	2	346	(81)	265	(265)	-	-
IPTU 097.043.0001-8	175	94	29	298	(64)	234	(234)	-	-
IPTU 097.053.0006-2	46	25	7	78	(17)	61	(61)	-	-
IPTU 097.127.0002-1	871	467	9	1.347	(315)	1.032	(1.032)	-	-
IPTU 097.127.0003-8	1.608	957	276	2.841	(650)	2.191	(2.191)	-	-
IPTU 097.127.0004-6	518	308	89	915	(209)	706	(706)	-	-
IPTU 097.127.0005-4	299	169	50	518	(116)	402	(402)	-	-
	38.794	23.496	6.298	68.588	(11.449)	57.139	(6.817)	1.272	51.594

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

	Adesão	Baixas	Atualização	31.12.2021
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	57.139	(6.817)	1.272	51.594

19.2. Programa de Recuperação Fiscal – Refis

O saldo refere-se a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil – RFB anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R\$ 3,679 milhões, dividido em 180 parcelas, corrigidas mensalmente pela taxa selic, com término do parcelamento previsto para 28/09/2024.

19.3. Impostos e Taxas Municipais

Corresponde ao parcelamento do IPTU da unidade Ceasa de Piracicaba.

19.4. Taxa de Lixo

O total devido de R\$ 10,976 milhões foi quitado antecipadamente em junho de 2021. A quitação antecipada gerou uma economia de R\$ 7 milhões referente a encargos que venceriam no futuro, conforme aprovação em ato da Diretoria conforme Ata nº 025, de 18.06.2021. Resultado da ação de execução, objeto dos autos nº 0103825-88.2006.8.26.0053, em trâmite na 9ª Vara da Fazenda Pública, movida pela Prefeitura do Município de São Paulo relativa a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, referentes ao exercício de 2001.

19.5. ICMS a Recolher

Contempla o parcelamento em 36 meses, do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM da Unidade de Tupã, nº 4.099.586 emitido pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, com pagamento da primeira parcela em agosto de 2018 e término em julho de 2021.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

20. ENCARGOS A PAGAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ordenados a Pagar	25	1.956
Processos Judiciais Trabalhistas	599	605
	<u>624</u>	<u>2.561</u>

20.1. Processos Judiciais Trabalhistas

Correspondem a parcelamentos de processos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e de empregados de serviços terceirizados nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária.

21. CONTAS A PAGAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Dividendos a Pagar	6.646	-
Convênio SEAP	1.482	1.482
Correntistas	1.163	1.129
Contas a Pagar Diversos	509	887
Cauções e Retenções	70	60
	<u>9.870</u>	<u>3.558</u>

21.1. Dividendos a Pagar

Os dividendos obrigatórios foram calculados sobre o Lucro Líquido Ajustado - LLA do exercício de 2015, conforme determina o artigo nº 202 da Lei 10.303 de 2001. Mantido em conta de reserva especial e atualizado pela taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até a data do seu respectivo pagamento, nos termos do Decreto nº 2.673/98, art. 1º, § 4º. O pagamento de R\$3,232 milhões foi realizado em dezembro de 2021 em virtude da indisponibilidade financeira dos períodos anteriores.

21.2. Convênio SEAP

Este convênio foi realizado entre a CEAGESP e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, com investimentos na área industrial do Pescado do ETSP, recebido como doação, no programa de modernização do setor. Esta etapa foi concluída e inaugurada em 2008. Desde este período a Companhia vem solicitando junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA a emissão do Termo de Doação de Bens e Obras de Construção das Instalações referente a esta Secretaria para o devido registro na imobilização. Até o término destas demonstrações contábeis o saldo permanece inalterado.

21.3. Correntistas

Nesta nomenclatura são registrados valores levantados judicialmente em processos de desapropriação de área e créditos de clientes. A conta Correntistas Credores, trata-se de clientes que efetuaram o pagamento dos boletos em duplicidade ou a maior e restou um crédito a ser devolvido posteriormente.

21.4. Contas a Pagar Diversas

São registrados valores de glosas de processos trabalhistas, honorários advocatícios de sucumbência, convênio com instituições financeiras referente a empréstimos consignados, pensão alimentícia, entre outros.

21.5. Cauções e Retenções

Correspondem aos valores recebidos como garantias de contratos para assegurar prejuízos advindos de não cumprimento dos objetos contratuais, pela falta de adimplemento de obrigações previstas, prejuízos causados à Administração ou a terceiros, multas punitivas, dentre outras não conformidades.

22. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Empréstimos	-	2.025

Os recursos foram captados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 4 milhões no mês de março de 2020 exclusivamente para reforço do capital de giro com prestações mensais e consecutivas estipuladas no valor de R\$ 333 mil, sendo que a quitação ocorreu em junho de 2021.

22.1. Garantia – Obrigação Especial – Cessão de Direitos Creditórios

Trata-se de registro em cobrança, na proporção mínima de 120% dos valores a receber a título de prestação de serviços ou vendas, vencíveis até o prazo de 180 dias.

22.2. Obrigação Especial – Reforço da Garantia

Caso a garantia reduza em nível inferior aos 120% do valor do saldo devedor da dívida, a CEAGESP fica obrigada a restabelecer o nível, em até 5 dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

22.3. Encargos Financeiros

Sobre o valor do empréstimo e as quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas incidem encargos financeiros de 198% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP. Os encargos financeiros foram calculados pela quantidade de dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo a cada data-base, no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente. Ficou a cargo da CEAGESP o pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, bem como por outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis.

22.4. Comissão Flat

Além dos encargos financeiros, a CEAGESP paga a comissão flat na data da liberação do crédito, no percentual de 1,35%.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 17.06.2010 foi publicado o Decreto Presidencial, tendo em vista o disposto no art. 4o do Decreto-Lei no 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, autorizando o aumento de capital social da CEAGESP no montante de R\$ 11.398.361,00, mediante capitalização com recursos do Orçamento Fiscal da União, proveniente de ressarcimento do primeiro lote de processos trabalhistas de responsabilidade do Governo de São Paulo, na forma da Lei nº 12.174, de 29 de dezembro de 2009.

Ainda segundo o Decreto, a efetivação do aumento de capital social ocorreria por meio de Assembleia Geral de Acionistas e os recursos recebidos deveriam ser atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia – SELIC e capitalizados até 30.07.2011.

Os recursos foram recebidos em 31.10.2010, a Assembleia Geral Extraordinária ocorreu no dia 22 de julho de 2011 com as seguintes deliberações:

a) Homologação do aumento de capital social decorrente de crédito extraordinário da União, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, passando o capital social de R\$ 180.161.942,78 para R\$ 191.942.793,24, composto por 34.403.576 ações ordinárias;

b) Redução do capital social para absorver prejuízos acumulados no montante de R\$54.901.588,62, passando o capital para R\$ 137.041.204,62, sem a modificação do quantitativo de ações.

O aporte de capital foi realizado no valor de R\$ 11.780.850,46, com data-base 31.12.2010, devidamente atualizado pela SELIC.

O saldo atual na conta de AFAC refere-se a resíduos daquele aporte, no período de 01.01.2011 até a data da realização da AGE realizada em 22.07.2011, cuja atualização é contabilizada mensalmente até que ocorra o próximo aumento de capital.

Em 30 de dezembro de 2021 conforme a Lei nº 14.244 de 19 de novembro de 2021, houve nova entrada de recursos da União (Ministério do Desenvolvimento Regional) em favor da CEAGESP no valor de R\$ 3.599.157,00 referente participação no capital para a pavimentação de vias existentes nas dependências da Companhia localizadas na capital e no interior. Aprovada em Ata de Reunião de diretoria nº 07 de 03 de fevereiro de 2021 de acordo com a celebração do convênio entre a CEAGESP e o Ministério do Desenvolvimento Regional que trata de Participação no Programa de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

24. PROVISÕES JUDICIAIS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisões para Riscos Cíveis	4.971	19.450
Provisões trabalhistas – CEAGESP	3.944	4.604
Provisões judiciais trabalhistas – Terceiros	2.570	1.789
Provisões para Riscos Fiscais	1.650	1.562
Provisões judiciais trabalhistas – Governo Estado SP	1.405	2.985
	<u>14.540</u>	<u>30.390</u>

As provisões são constituídas com base em dados da classificação jurídica, e em atendimento do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas relevantes: a) a provisão para indenizações trabalhistas reduziu R\$ 1,459 milhão; b) provisões de riscos fiscais aumentaram R\$88 mil; c) provisão para riscos cíveis reduziu em R\$ 14,479 milhões. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 15,850 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	<u>31.12.2020</u>	<u>Provisões</u>	<u>Liquidação</u>	<u>31.12.2021</u>
Provisão para Riscos Cíveis	19.450	2.666	(17.145)	4.971
Provisão para Riscos Fiscais	1.562	962	(874)	1.650
Provisões judiciais trabalhistas – Governo Estado SP	2.985	335	(1.915)	1.405
Provisões judiciais trabalhistas – Terceiros	1.789	1.468	(687)	2.570
Provisões judiciais trabalhistas – CEAGESP	4.604	3.273	(3.933)	3.944
	<u>30.390</u>	<u>8.704</u>	<u>(24.554)</u>	<u>14.540</u>

A Companhia possui registrado no grupo de “CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO” (nota explicativa nº 11) o valor de R\$ 1,562 milhão que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R\$ 108,309 milhões com risco possível de perdas em processos judiciais cíveis no valor montante de R\$ 106,894 milhões, e para os processos trabalhistas e tributários em R\$ 1,415 milhão, conforme classificação jurídica.

A variação a maior em relação a 31.12.2020 foi de R\$ 16,211 milhões, com maior impacto nos processos judiciais cíveis em R\$17,800 milhões, devido à inclusão de novos processos e atualização dos valores e reclassificação.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social e Composição Acionária

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021.

			<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.607	136.607
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	108.858	0,31	433	433
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	22	0,01	1	1
	34.403.023	100,00	137.041	137.041

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019, de acordo com a nota explicativa nº 36.

25.2. Destinação do Resultado do Exercício

Para o exercício de 2021 houve a destinação do lucro líquido de R\$ 27,382 milhões conforme o quadro demonstrado abaixo:

(Em milhares de reais)

Descrição	Percentual	valor
Lucro do Exercício		27.382
(-) Reserva Legal	5%	1.369
(+) Realização de Reserva de Reavaliação		570
(=) Lucro líquido ajustado – LLA		26.583
Dividendo obrigatório	25%	6.646
Reserva de Retenção de Lucros		19.937
Saldo das Reservas		26.583

25.2.1. Lucro do Exercício

O lucro no período foi de R\$ 27,952 milhões, considerando a realização da reserva de reavaliação de R\$ 570 mil, conforme nota explicativa nº 25.2.3, resultando um lucro acumulado de R\$ 27,382 milhões.

25.2.2. Reserva Legal

A reserva legal é constituída em 5% sobre o lucro líquido ajustado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital

social consoante as disposições contidas no estatuto social da Companhia e de acordo com o artigo 193, da Lei Federal nº 6.404/76.

25.2.3. Reserva de Reavaliação

O saldo da reserva de reavaliação no período é de R\$15,105 milhões. Foram realizados R\$570 mil até 31 de dezembro de 2021 e transferidos para a conta do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de edificações localizados em Unidades operacionais ativas efetuada com base na Lei nº 6.404/76, e a empresa optou por manter a reserva até a sua realização completa conforme período estipulado no laudo de avaliação. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

25.2.4. Dividendo Obrigatório

Constituído em 25% sobre o lucro líquido ajustado, após constituição da reserva legal e a realização da reserva de reavaliação, conforme nota explicativa nº 21.1.

25.2.5. Reserva de Retenção de Lucros

É o saldo do lucro líquido ajustado, após constituição do dividendo obrigatório, conforme nota explicativa nº 25.2.

Esta reserva exige que:

Retenção de Lucros (Art. 196 – L. 6.404)

ART. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificativa da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. (redação dada pela Lei nº 10.303/2001).

26. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O lucro líquido do exercício de 2021 foi de R\$ 27,382 milhões, enquanto em 31 dezembro de 2020 houve prejuízo de R\$ 2,690 milhões. A variação apresentada foi positiva em R\$ 30,072 milhões, apesar das dificuldades enfrentadas na pandemia do Coronavírus e corresponde aos seguintes fatores: **a)** aumento das receitas operacionais brutas no valor de R\$19,160 milhões, principalmente nos serviços prestados na armazenagem que variou R\$ 7,253 milhões relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, vide nota explicativa nº 26.1; **b)** redução de R\$ 16,063 milhões de despesas financeiras, relacionadas à atualização das parcelas do IPTU de 2019 e 2020, conforme nota explicativa nº 26.5; **c)** redução de R\$ 13,236 milhões nos custos dos serviços prestados, provenientes principalmente das medidas de limpeza pós enchente realizadas em 2020 no ETSP, vide nota explicativa nº 26.2; **d)** diminuição em despesas gerais e administrativas, no valor de R\$ 16,589 milhões, com destaque para provisões que reduziram R\$ 14,822 milhões, nota explicativa nº 26.3.

26.1. Receita Operacional Líquida

	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Serviços Prestados	38.142	150.990	35.453	132.979
Venda de Produtos	10	1.314	20	165
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	38.152	152.304	35.473	133.144
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(5.575)	(22.448)	(5.645)	(21.757)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32.577	129.856	29.828	111.387
	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Permissão Remunerada de Uso	19.227	76.063	18.422	69.602
Serviços Prestados na Armazenagem	12.976	53.002	11.961	45.749
Autorização de Uso	3.062	12.127	3.204	10.117
Concessão Remunerada de Uso	1.758	5.036	768	2.941
Receitas Diversas	1.052	4.477	1.027	3.398
Venda de Produtos	10	731	20	165
Resíduos e Varreduras	-	583	-	-
Parcelamento	69	276	69	277
Taxa Administrativa	(2)	9	-	-
Reaparelhamento – Obras	-	-	2	895
	38.152	152.304	35.473	133.144

As receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços na rede armazenadora e de entrepostos.

26.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso

Corresponde à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem e atípicas precedidas de licitação. Houve aumento de Permissão Remunerada de Uso de R\$ 6,461 milhões, enquanto na receita de Concessão Remunerada de Uso o aumento registrado foi de R\$ 2,095 milhões.

26.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem

Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, ad-valorem, embarque e serviços complementares. Houve aumento na prestação de serviços no valor estimado de R\$ 7,253 milhões em relação ao ano de 2020, e, um acréscimo de R\$ 1,484 milhões no quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021, bem como de 8,49% em relação ao quarto trimestre de 2020, que está relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, dentre eles, produtores, cerealistas, moinhos que armazenaram grande volume de grãos, e derivados, processamento de grãos e a permissão de áreas ociosas. Produtos que são estocados nas Unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar e outros.

26.1.3. Autorização de Uso

Receita proveniente da disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos a concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas com a finalidade de comercialização, desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas. A variação em relação ao ano de 2020 foi um aumento de R\$ 2,010 milhões. Na comparação entre o terceiro e o quarto trimestres de 2021 a variação de R\$ 144 mil foi maior.

26.1.4. Receitas Diversas

Correspondem às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa. O aumento registrado foi de R\$ 1,079 milhão em relação ao ano de 2020 relacionado às taxas de alteração cadastral, enquanto no quarto trimestre a variação menor foi de R\$ 76 mil em relação ao terceiro trimestre de 2021.

26.1.5. Venda de Produtos

Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados. Houve aumento de R\$566 mil em relação ao ano de 2020. Em 2021 houve diminuição de R\$ 72 mil em relação ao terceiro trimestre.

26.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Pessoal e Honorários	(6.846)	(26.370)	(4.443)	(18.380)
Serviços de Terceiros	(3.764)	(15.529)	(3.040)	(10.664)
Materiais de Consumo	(2.174)	(7.285)	(300)	(2.234)
Depreciações e Amortizações	(1.884)	(6.826)	(1.644)	(6.677)
Manutenção e Reparos	(2.448)	(3.557)	(339)	(585)
Utilidades e Serviços	(791)	(3.136)	(543)	(2.147)
Propaganda e Publicidade	(1)	(13)	(2)	(3)
Gastos Diversos	1.156	3.786	(1.890)	(5.004)
Provisão	0	0	2.206	0
	(16.752)	(58.930)	(9.995)	(45.694)

26.2.1. Custos com Pessoal e Honorários

Contemplam os honorários, remunerações, encargos sociais, benefícios, outros encargos com pessoal e a conta de recuperação de custos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R\$ 7,990 milhões, cerca de 30% em relação ao ano de 2020: **a)** a recuperação de custos com pessoal, conta redutora que registra o rateio desses custos aos clientes da rede de entrepostagem, variou negativamente em R\$ 7,757 milhões, ou 125%; **b)** os encargos sociais aumentaram R\$ 1,805 milhão, cerca de 15%, levando em consideração as rescisões ocorridas em 2020 que elevaram consideravelmente os valores de FGTS; **c)** em custos com outros encargos, o aviso prévio e indenizações aumentaram R\$ 629 mil; **d)** as remunerações reduziram R\$ 1,602 milhão, aproximadamente 5% em comparação ao ano de 2020. Houve aumento na variação do quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 de R\$ 7,990 milhões.

26.2.2. Custos com Serviços de Terceiros

Foi registrado nesta rubrica um aumento de R\$ 4,685 milhões, cerca de 31% de variação em relação ao ano de 2020: **a)** serviços de vigilância e segurança, limpeza, portaria, estágio, mão de obra aplicada nas Unidades armazenadoras tiveram redução de R\$ 15,871 milhões, cerca de 43% de variação em relação ao terceiro trimestre de 2020. A principal variação é decorrente das medidas pós enchente, que ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2020 no município de São Paulo. Foram disponibilizados no ETSP equipes de limpeza para lavagem e caminhões de coleta para recolhimento de dejetos e esvaziamento de caçambas, com a finalidade de retirar das vias todo lixo acumulado e mercadorias impróprias para consumo. O valor total de serviços de limpeza em 2020 foi de R\$ 27,654 milhões e em 2021 foi de R\$ 14,859 milhões, uma redução de R\$ 12,794 milhões, cerca de 46% de variação a menor, em conformidade com os intensos trabalhos desta nova Diretoria Administrativa que reduziu gastos através da redução do valor dos contratos. A variação relativa ao quarto trimestre foi de R\$ 2,755 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2021; **b)** locação de móveis, equipamentos e veículos teve aumento de R\$ 25 mil, com uma variação de 5% em relação ao ano de 2020; os honorários profissionais tiveram um aumento de R\$ 6,064 milhões, 99% desse valor refere-se a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI (nota explicativa nº 19.1) não houve lançamentos nessa conta no ano de 2020; **c)** as recuperações tiveram uma redução de R\$ 15,088 milhões, cerca de 62% de variação em relação ao ano de 2020.

26.2.3. Custos com Materiais de Consumo

Correspondem aos materiais aplicados direta e indiretamente na prestação de serviços da CEAGESP. Houve aumento em relação ao quarto trimestre de 2020, no valor de R\$ 5,052 milhões, ou 69%: **a)** aumento nos custos com mercadorias vendidas de R\$ 526 mil, o equivalente a 89%; **b)** houve aumento com materiais para expurgo e secagem de R\$ 380 mil, cerca de 67%; **c)** houve aumento nas contas de energia e água e esgoto de R\$ 5,551 milhões e de R\$ 608 mil respectivamente, cerca de 18% e 6%; **d)** houve aumento de R\$ 2,710 milhões nas recuperações, equivalente a 42%, R\$ 3,120 milhões com recuperação dos custos com energia; **e)** houve redução de R\$104 mil com materiais de consumo, cerca de 29%; **f)** aumento com materiais para manutenção e reparos de R\$ 676 mil, equivalente a 59%. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 325 mil menor.

26.2.4. Custos com Utilidades e Serviços

São registrados os custos com seguros de bens próprios, de riscos diversos, de mercadorias, custo com telefone, fretes, condução, malotes, dentre outros. O aumento total foi de R\$ 989 mil, aproximadamente 31,52%, dos quais, R\$ 906 mil, registrada no custo com seguros em virtude de novos contratos. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 47 mil menor.

26.2.5. Custos com Manutenção e Reparos

Foi registrado um acréscimo de 83,55% ou R\$ 2,972 milhões, no comparativo com o ano de 2020, principalmente em manutenções elétricas e manutenções civil. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi aumento de R\$ 1,877 milhão.

26.2.6. Gastos Diversos

Neste grupo são registrados os custos com IPTU e taxas, viagens, legais e judiciais, contribuições para associação de classe e outros custos gerais. Ocorreu aumento de R\$ 7,971 milhões na conta de (-) recuperação de custo com impostos e taxas, 142,74% em relação ao mesmo período de 2020. O aumento relativo ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021

foi de R\$ 5,592 milhões.

26.3. Despesas Gerais e Administrativas

	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Pessoal e Encargos	(7.920)	(35.302)	(9.113)	(36.206)
Serviços de Terceiros	(977)	(4.539)	(1.481)	(5.678)
Despesas Gerais	(755)	(3.742)	(892)	(3.430)
Materiais de Consumo	(289)	(1.037)	(250)	(970)
Depreciações e Amortizações	(111)	(455)	(110)	(538)
Utilidades e Serviços	(46)	(348)	(35)	(230)
Manutenção e Reparos	(54)	(311)	(74)	(440)
Provisão/Reversão de Provisões Judiciais	(5.629)	6.026	(2.383)	(8.796)
	(15.781)	(39.708)	(14.338)	(56.288)

26.3.1. Despesas com Pessoal e Encargos

Contemplam as contas de remunerações, encargos sociais, benefícios e outros encargos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R\$ 904 mil e, em percentuais, 2% em relação ao ano de 2020: a) as remunerações diminuíram em R\$ 2,014 milhões, ou 9%; b) os encargos sociais aumentaram R\$ 1,011 milhão, ou 13%, tendo em vista as rescisões ocorridas em 2020 que alavancaram os valores de FGTS; c) em despesas com outros encargos, o acréscimo total foi de R\$ 441 mil, com indenizações trabalhistas e aviso prévio que aumentaram aproximadamente 90%. Houve redução na variação relativa ao quarto trimestre de R\$ 1,015 milhão em relação ao terceiro trimestre de 2021.

26.3.2. Despesas com Serviços de Terceiros

Neste grupo são registrados os serviços de limpeza, processamento de dados, locação de móveis e equipamentos, estágio e demais serviços de terceiros. Houve, em relação a 2020, diminuição de 20%, ou R\$ 1,139 milhão. As principais variações ocorreram em serviços de limpeza, terceiros e processamento de dados no valor de R\$ 1,152 milhão, e, aumento com auxílio transporte estagiário no valor de R\$ 43 mil. A variação negativa relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 165 mil.

26.3.3. Despesas Gerais

Grupo em que são registradas as despesas com viagens, IPTU, taxas, contribuições de classe e outras. Houve aumento de R\$ 312 mil e, em percentuais, 9% em relação ao quarto trimestre de 2020: a) despesas legais e judiciais registraram aumento de R\$ 419 mil, ou 22%; b) as despesas com taxas e emolumentos aumentaram R\$ 19 mil, cerca de 45%; c) a despesa com viagens e estadas registrou diminuição de R\$ 36 mil, 23%; d) houve aumento das recuperações em R\$ 101 mil, cerca de 81%. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 167 mil maior.

26.3.4. Despesas com Materiais de Consumo

Contemplam as despesas com energia elétrica, água e esgoto, consumo, materiais de escritório, limpeza e higiene, informática, combustíveis, ferramentas, materiais para manutenção. O aumento total em relação ao mesmo período de 2020 foi de R\$ 67 mil, principalmente em materiais

de aplicação direta de energia. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 22 mil maior.

26.3.5. Despesas com Utilidades e Serviços

São despesas com condução, telefone, fretes, seguros, anúncios e publicações, dentre outros. A aumento total em relação ao mesmo período de 2020 foi de R\$ 118 mil e em percentagem 12%. A principal variação ocorreu em seguro de riscos diversos. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 32 mil menor.

26.3.6. Despesas com Manutenção e Reparos

São registradas as manutenções elétricas, mecânicas, civis, veiculares, conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática. A diminuição em relação ao mesmo período de 2020 foi de 30%, ou R\$ 129 mil. A principal variação foi registrada em conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática em R\$ 135 mil. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 10 mil maior.

26.3.7. Provisão/Reversão de Provisões Judiciais

São registradas as despesas com PECLD, indenizações trabalhistas, riscos fiscais e riscos cíveis. Houve redução de R\$ 14,822 milhões em relação ao quarto trimestre de 2020: a) PECLD – a conta de despesa com perdas aumentou R\$ 4,538 milhões; b) a despesa com provisão para indenizações trabalhistas reduziu R\$ 942 mil; c) a despesa com provisões de riscos fiscais reduziu R\$ 1,218 milhão; d) a despesa com provisão para riscos cíveis reduziu em R\$ 17,200 milhões. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi de R\$ 5,164 milhões menor.

26.4. Outras Receitas Operacionais

	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Eventuais	210	510	1.993	2.491
Alienação do Imobilizado	84	124	-	57
Dividendos recebidos	-	-	-	472
	294	634	1.993	3.020

26.4.1. Eventuais

Correspondem às multas operacionais e outras. Houve redução de R\$ 1,981 milhão, ou 80% em relação ao quarto trimestre de 2020: **a)** as multas operacionais reduziram R\$ 2,350 milhões, cerca de 105%, considerando principalmente o abatimento de repactuação contratual deliberado em reunião de diretoria conforme ata nº 28/2021 em 02 de julho de 2021, no valor de R\$ 755 mil, de acordo com o disposto pelo Departamento de Entrepóstagem e com fundamento no parecer Jurídico; **b)** outras receitas aumentaram R\$ 143 mil, ou 57%; **c)** as doações de bens e as vendas de sucatas aumentaram R\$ 67 mil e R\$ 59 mil, respectivamente. Não houve movimentação para estas contas no quarto trimestre de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi o aumento de R\$ 608 mil.

26.5. Despesas Financeiras

	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Juros sobre Outros Encargos	(25)	(5.326)	(550)	(1.584)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(29)	(4.110)	(347)	(436)
Outros Encargos Financeiros	-	(257)	(2)	(4)
Comissões e Despesas Bancárias	(5)	(51)	(57)	(298)
Juros Financeiros e Empréstimos	-	(25)	(8)	(250)
Descontos Concedidos	-	(3)	-	-
Imposto sobre Operação Financeira – IOF	-	-	-	(45)
Atualização Monetária	(862)	8.828	(2.918)	(14.389)
	(921)	(943)	(3.882)	(17.006)

26.5.1. Atualização Monetária

São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial, parcelamento da taxa de lixo e IPTU a recolher. Foi registrada redução de R\$23,217 milhões decorrente da reversão de atualização das parcelas de IPTU a recolher do exercício de 2020 e IPTU complementar do ETSP referente a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI no valor total de R\$ 23,720 milhões, e, atualização no momento da adesão ao PPI de R\$ 3,750 milhões. Bem como, Refis e Reserva especial, vide nota explicativa nº 19.1. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi redução de R\$19,241 milhões.

26.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF

Os encargos financeiros foram calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente.

26.6. Receitas Financeiras

	01.10.2021	01.01.2021	01.10.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Juros Recebidos	497	2.223	1.101	3.586
Receita sobre Aplicações Financeiras	447	986	5	5
Multas	199	269	98	212
Descontos Obtidos	-	170	2	12
Rendimentos sobre depósitos judiciais	30	30	-	-
	1.173	3.678	1.207	3.815

26.6.1. Juros Recebidos e Multas

Receitas provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso. Houve redução de R\$ 1,306 mil em comparação ao ano de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi aumento de R\$ 139 mil.

26.6.2. Receita sobre Aplicações Financeiras

Refere-se aos rendimentos provenientes das aplicações no Banco do Brasil, conforme

mencionado na nota explicativa nº 4.3. Houve aumento de R\$ 981 mil em comparação ao ano de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre em relação ao terceiro trimestre de 2021 foi aumento de R\$ 138 mil.

26.6.3. Descontos Obtidos

Receitas obtidas principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU. Houve aumento de R\$ 158 mil em relação ao ano de 2020. A variação relativa ao quarto trimestre de 2021 em relação ao terceiro trimestre de 2021 teve efeito nulo.

27. EBITDA

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	33.374	(1.709)
(-) Receita Financeira	(3.678)	(3.815)
(+) Despesa Financeira	943	17.006
(+) Depreciações e Amortizações	7.281	7.216
	37.919	18.697

No ano de 2021, a CEAGESP apresentou EBITDA positivo de R\$ 37,919 milhões. Na comparação com o mesmo período de 2020 houve crescimento de R\$ 19,222 milhões, e em termos percentuais, 103%.

28. REMUNERAÇÃO PAGA A MEMBROS ESTATUTÁRIOS

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, até os quartos trimestres de 2020 e 2021 registrados na rubrica "Encargos Trabalhistas", foram de R\$ 1,451 milhão e R\$ 1,230 milhão, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
	Remuneração	Remuneração
	R\$	R\$
Conselho de Administração – 6 membros	185	182
Conselho Fiscal – 3 membros	105	120
Comitê de Auditoria – 2 membros	76	121
Diretoria Executiva – 3 membros	1.085	807
Total	1.451	1.230

29. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO – BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União –



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

BGU, pelo valor dos investimentos da União.

30. SEGUROS

Em 6 de setembro de 2021, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados, operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 06 de setembro de 2022.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo dos funcionários, compulsório, facultativo e contributivo com vigência até o dia 08 de maio de 2022.

31. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (*Warrant* e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:



**Companhia de Entrepostos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

	31.12.2021		31.12.2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	33.374	33.374	(1.709)	(1.709)
(+) Adições	531.586	529.677	472.050	470.031
Despesas Indedutíveis – Operacional				
Avaliações do Imobilizado	570	570	570	570
Gastos Indedutíveis	1.625	1.625	-	-
Multas Indedutíveis	17	17	370	370
Licença Maternidade – Prorrogação	66	66	81	81
Contribuição Associação de Classe - Indedutível	289	289	284	284
Indenizações Cíveis	-	-	2.206	2.206
Provisões	526.332	526.332	465.851	465.851
Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - alienação ou baixa de ativo	779	779	669	669
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	1.909	-	2.019	-
(-) Exclusões	(537.551)	(537.551)	(464.221)	(464.221)
(-) Reversão de Provisões	(532.390)	(532.390)	(458.392)	(458.392)
(-) Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(5.161)	(5.161)	(5.357)	(5.357)
(-) Dividendos Recebidos	-	-	(472)	(472)
Base de Cálculo	27.409	25.500	6.120	4.101
Compensação da Base Negativa	(8.223)	(7.650)	(1.836)	(1.230)
Base de Cálculo do Período	19.186	17.850	4.284	2.871
Imposto de Renda e Contribuição Social Adicional Federal	1.727	2.677	386	431
Total	1.727	4.438	386	694
Alíquota Efetiva	5,17%	13,30%	22,56%	40,59%

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R\$ 433,972 milhões e base negativa de contribuição social de R\$ 356,938 milhões. Esses valores não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

33. PARTES RELACIONADAS

A CEAGESP possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião Ordinária nº 12/2019, realizada em 29 de novembro de 2019.



33.1. Entidade Controladora

A CEAGESP é constituída sob a forma de empresa pública e está vinculada ao Ministério da Economia, com 99,68% do capital social integralizado pela União.

33.2. CONSAD e DIREX

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva constituem-se em Órgãos de gestão, estratégia e administração da Associação, adotando decisões para cumprimento das determinações, convalidando, expressamente, os atos, quando devidamente justificados.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Contas a receber;
- c) Causas judiciais trabalhistas;
- d) Fornecedores;
- e) Obrigações fiscais a recolher; e
- f) Risco de liquidez.

34.1 Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: **a)** passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); **b)** ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e **c)** ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

34.1.1. Risco de liquidez

Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento da empresa. Demonstram o risco da Companhia de não conseguir obter recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros.

34.1.1.1. Índice de liquidez corrente

A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,43 em 31 de dezembro de 2021 e de 0,59 em 31 de dezembro de 2020.

34.1.1.2. Índice de liquidez geral

Considera os direitos e as obrigações de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou índice de liquidez geral de 0,92 enquanto que em 31 de dezembro de 2020 registrou índice de 0,73.

34.1.1.3. Índice de liquidez seca

Similar à liquidez corrente, a liquidez seca não considera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 31 de dezembro de 2021 foi de 1,41 enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 0,59.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a finalização dessas demonstrações, não foram identificados eventos favoráveis ou desfavoráveis ocorridos após a data do Balanço.

36. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.

O Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Em virtude da inclusão da CEAGESP no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

37. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Houve a substituição temporária dos índices de correção dos contratos de IGP-M para IPCA, conforme autorização da Diretoria por motivo de força maior decorrente de situação de emergência em saúde pública, causada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), e, o aumento desproporcional do índice de reajuste anual que serve de base para as autorizações, concessões e permissões de uso celebrados pelos Departamentos de Entrepósitos da Capital e do Interior e pelo Departamento de Armazenagem enquanto durar os efeitos da pandemia da Covid-19.

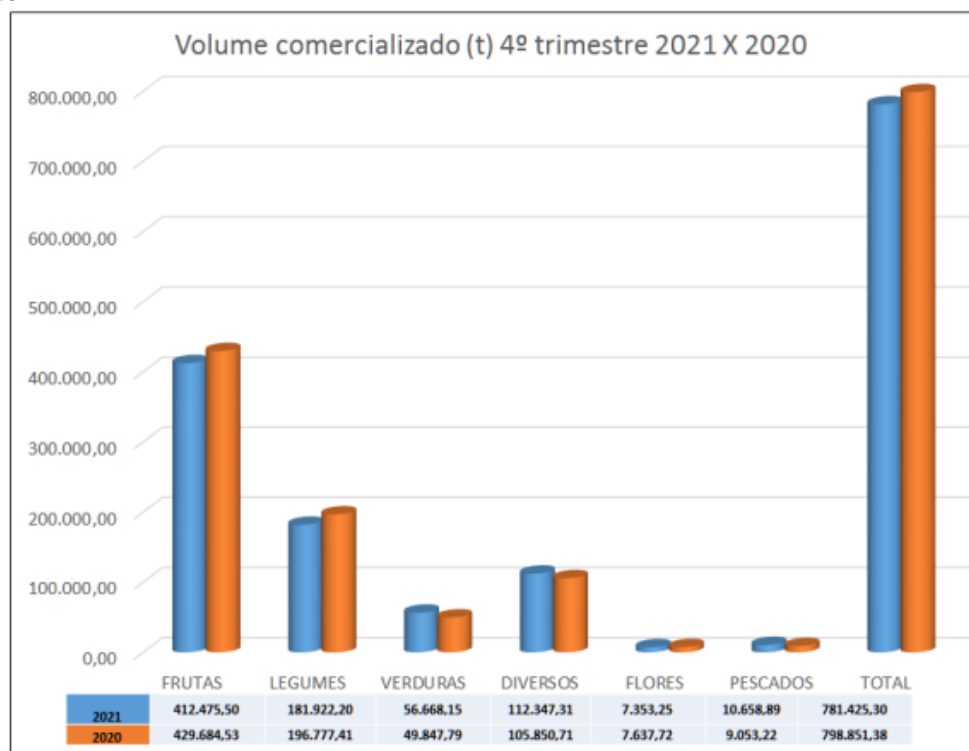
Volume comercializado mantém elevação no 4º trimestre

O Entrepósito Terminal de São Paulo da CEAGESP, o maior da América Latina, registrou alta na comercialização em relação ao trimestre anterior, com tendência de elevação mensal na quantidade ofertada a partir do mês de outubro.

O aumento da flexibilização das restrições de isolamento social na capital, grande São Paulo e municípios do interior impulsionou a comercialização.

No quarto trimestre de 2021 foram comercializadas 781.425,30 toneladas de produtos ante 798.851 toneladas negociadas no mesmo período de 2020, com retração de 2,18%. Já na evolução mensal, no mês de dezembro último, registramos um volume de 269.230,97 toneladas e no mês de novembro, um volume de 268.099,36 toneladas, uma evolução positiva de 0,42%.

O gráfico abaixo ilustra a comercialização em toneladas no período de outubro a dezembro, por setor:



Apesar da retração observada no quarto trimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado, o cenário da comercialização é positivo, demonstrando a retomada da economia, que além das questões da pandemia, o setor agrícola sofreu ainda em 2021, geadas, estiagem prolongada e ao menos três frentes frias extemporâneas, ainda assim o setor fechou o ano com 1,2% maior em relação ao ano anterior (quantidade em toneladas).

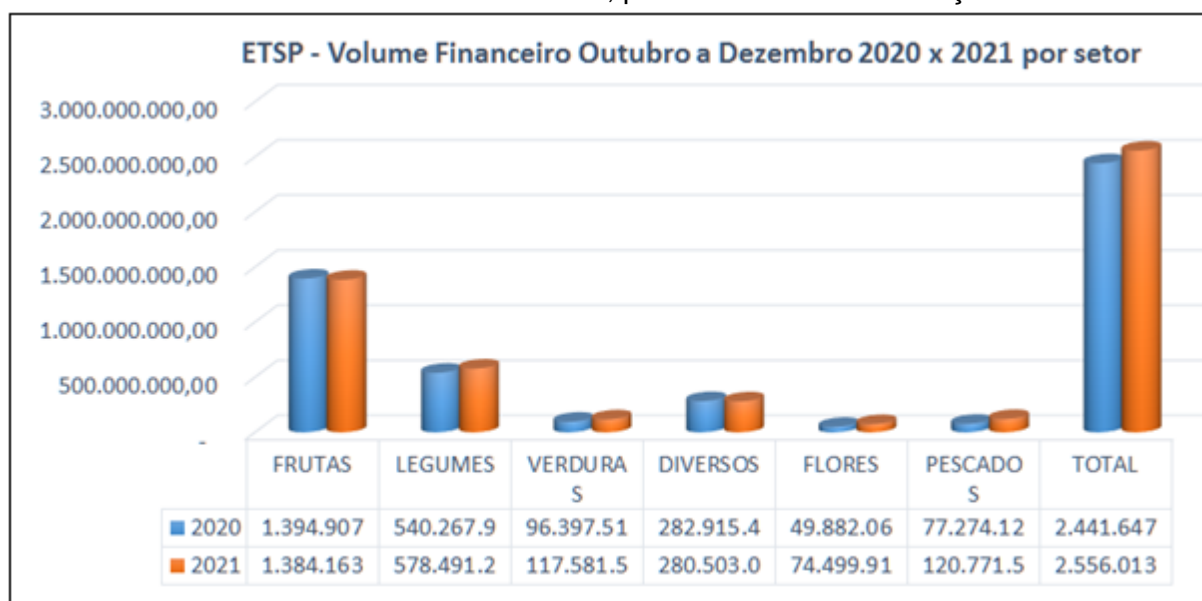
Índice de Preços

O índice de preços da CEAGESP encerrou o ano com 3,56%, além de ser o ano da retomada da pandemia, o setor de hortifrutigranjeiro passou por momentos muito difíceis no meio do ano, por conta de situações climáticas desfavoráveis. Os setores de legumes e verduras registraram as maiores variações ao longo do ano. O setor que teve maior alta no ano foi o de pescado, com 24,14%, seguido de legumes com 14,36%, frutas e diversos encerram o ano com -3,30% e -13,7%, respectivamente. Já para o setor das verduras houve uma leve baixa em dezembro, mas encerra o

ano com alta de 3,97%, no Índice CEAGESP.

Apesar de todas as adversidades ocorridas ao longo do ano, o fluxo financeiro subiu 9,4% comparado com o ano de 2020. De outubro a dezembro o Entrepósito movimentou R\$ 2,55 bilhões em 2021 ante R\$ 2,44 bilhões no mesmo período de 2020.

No mês de dezembro de 2021, o Entrepósito movimentou cerca de R\$ 903,2 milhões ante R\$ 861,1 milhões negociados em novembro. Crescimento de 4,88%. O gráfico abaixo ilustra o fluxo financeiro dos últimos trimestres de 2021 e 2020, por setor de comercialização:



Tendência

O último trimestre do ano foi melhor que o último de 2020, e encerramos o ano dentro da estabilidade. A oferta foi melhor que a do trimestre anterior, o que significa que, aos poucos, o setor vem recuperando o vigor de sua atividade. O valor indica recuperação nos números da comercialização. Temos que considerar também, como forte influenciador os custos de produção, pois, os preços dos insumos são balizados na moeda estrangeira. Nossa taxa de câmbio está desvalorizada frente às principais moedas, fazendo os produtos estrangeiros chegarem caros, ocorrendo ao mesmo tempo um maior incentivo para as exportações de frutas nacionais, o que pressiona os preços mais elevados.

O setor de hortifrúticas manteve milhares de empregos e renda para todos os elos da cadeia, incluindo os pequenos produtores rurais e pequenos comerciantes, apesar dos problemas pontuais de clima e cultura e também os agudos prejuízos causados pela pandemia. A missão de prover o abastecimento vem sendo desempenhada com muito empenho pela CEAGESP e seus permissionários, levando à mesa do consumidor, produtos de qualidade a preços justos.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

38. DIRIGENTES E CONTADOR

Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araujo
Diretor Presidente

Glauco Tsuneimatu
Diretor Administrativo e Financeiro

Antonio Ferreira Pinto
Diretor Técnico e Operacional

Daniela Lourenço Caravana
Gerente do Departamento de Controladoria

Paulo Rogério Pereira da Silva
Contador CRC1SP 236593/O-4



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da Empresa, no decorrer do exercício. Neste sentido, considerando que não foram encontrados fatos que comprometessem os atos de gestão dos Administradores, bem como os teores dos Relatórios dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 15 de março de 2022, e do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho de Administração manifesta-se pela regularidade das contas, que expressam adequadamente a posição econômico-financeira e patrimonial da CEAGESP em 31 de dezembro de 2021, estando em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas. São Paulo, 16 de março de 2022.

Newton Araújo Silva Júnior
Presidente

João Cláudio de Lima
Conselheiro

Marcus Vinícius Morelli
Conselheiro

Alano Roberto Santiago Guedes
Conselheiro

Heitor Freire de Abreu
Conselheiro

Joselito Sarmiento Oliveira Júnior
Conselheiro

Aline Fan Papini
Secretária



**Companhia de Entrepostos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as *respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes Notas Explicativas*, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e tendo como referência o Relatório da RUSSELL BEDFORD GM Auditores Independentes S/S sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 10 de março de 2022, os quais são adotados na íntegra, observada a aprovação por parte do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em reunião realizada em 16 de março de 2022, conclui que os referidos documentos societários expressam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, encontrando-se em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação em vigor. Tomou conhecimento, ainda, da proposta de destinação do lucro líquido de R\$ 27.382.064,36 relativo ao resultado do exercício de 2021, da seguinte forma: R\$ 1.369.103,22 para Reserva Legal; R\$ 569.667,96 para Realização de Reserva de Reavaliação; R\$ 6.645.657,29 para Dividendos Obrigatórios; R\$ 19.936.971,81 para Reserva de Retenção de Lucros; bem como, da programação de investimentos, em relação aos quais manifesta-se favoravelmente, em cumprimento ao que dispõe o inciso III, do art. 163 da Lei nº 6.404/76. Da mesma forma, expressa sua opinião favorável ao aumento do capital social de R\$ 137.041.204,62 para R\$142.200.574,92, na forma proposta na Carta nº 004/DECON, de 10 de março de 2022."

São Paulo, 17 de março de 2022.

Gustavo Pereira da Silva Filho
Presidente do Conselho

Elias Jacó dos Santos
Conselheiro

COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis.

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2021.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
**Administração e aos Conselheiros da
COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO –
CEAGESP
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfases

Reembolso a Receber do Governo do Estado de São Paulo

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Conforme Nota Explicativa nº 10, a CEAGESP desembolsou valores referentes às ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, em 31 de dezembro de 2021 apresentou o saldo de R\$ 33.041 mil (R\$ 30.640 mil em 31 de dezembro de 2020). Como também na Nota Explicativa nº 11, a CEAGESP teve desembolso de valores referentes a processos encerrados e em andamento, em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 6.343 mil (R\$ 7.923 mil em 31 de dezembro de 2020). O Governo do Estado de São Paulo é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”), porém desde 2019 não há o cumprimento das disposições contratuais. A CEAGESP ingressou com ação judicial para que seja declarada a obrigação do Governo do Estado de São Paulo, em cumprir os termos estabelecidos nos instrumentos contratuais firmados pelas partes. Conforme nota técnica emitida pela assessoria jurídica da Companhia a questão foi classificada como possível. Até a presente data o processo está em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Justiça Federal. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa Nacional de Desestatização

Conforme Notas Explicativas nº 36, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019 e em virtude da inclusão e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045. Com a inclusão no PND, a estruturação da modelagem está a cargo do BNDES. Nessa linha, após a realização de pregão eletrônico (nº 01/2020) em janeiro de 2020, o BNDES realizou a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento dos estudos relativos à estruturação e implementação da desestatização da CEAGESP. Em 27 de agosto de 2021 a comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Serviços rejeitou projeto que anulava o decreto que incluiu a CEAGESP no Programa Nacional de Desestatização, desta forma ao processo de desestatização permanece em estudos e em andamento conforme consulta ao site do Governo “Programa de Parceria de Investimentos”. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos



Auditoria dos Valores Correspondentes aos Períodos Anteriores.

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 3 de março de 2021, com opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CEAGESP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CEAGESP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CEAGESP** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico